

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta (anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No entanto de acordo com o estudo realizado pela Vivo e divulgado no final de 2006, o mercado brasileiro, entretanto, ainda apresenta potencial de crescimento em receita e penetração, especialmente nas classes de renda mais baixa. A média mundial da receita de telefonia móvel é de 7,9% do PIB, contra 5,4% registrados no Brasil. A penetração nas classes C, D e E alcança 45% ante os 80% registrados nas classes A e B somadas. Na média, a penetração brasileira em dezembro de 2006 era de 53,2%, índice bastante inferior aos 89% verificados nos países desenvolvidos.

Do total das linhas de telefonia celular no mercado brasileiro, aproximadamente 80,6% são da modalidade pré-pago. Cerca de 67% desses usuários são das classes C, D e E. Já os brasileiros que utilizam o sistema pós-pago (19,4%) são, em sua maioria, das faixas A e B (76%). Apesar da menor participação dos consumidores pós-pagos, a representatividade dos gastos desse público é significativa: alcança 42% do total. Já os pré-pagos representam 58%.

Na mesma linha do que já aconteceu em mercados mais desenvolvidos, como Europa e alguns países da Ásia, espera-se que a demanda por serviços de dados e valor agregado continue a crescer de forma significativa no decorrer de 2007. Esse progresso poderá ser impulsionado pela diversidade de soluções e aplicações de serviços proporcionados pelo acesso de dados no celular.

Ambiente Regulatório

O ano de 2006 foi marcado principalmente pela continuação das ações de fiscalização por parte da Anatel e pela edição de Consultas Públicas propondo alterações na Regulamentação, com foco na ampliação da competição e dos direitos do consumidor.

Dentre as Consultas Públicas, destaca-se a de nº 734, cujo período para envio de manifestações terminou em 6 de novembro de 2006, e que propõe a implantação da portabilidade numérica, que permitirá ao usuário trocar de prestadora de serviço – fixo ou móvel – mantendo o seu número de telefone. A proposta da Anatel prevê que, na telefonia móvel, a portabilidade será possível dentro da mesma área de registro (mesmo DDD) e o seu prazo de implantação será de 18 meses após a entrada em vigor da nova regulamentação. Não está prevista portabilidade entre os serviços móvel e fixo.

Outra Consulta Pública a destacar é a de nº 756, cujo período para envio de manifestações terminará em 5 de fevereiro de 2007, e que apresenta proposta de Edital de Licitação para expedição de Autorizações para Uso de Radiofrequências para exploração do SMP nas Subfaixas de Radiofrequências “D” e “E”; nas novas Subfaixas de Radiofrequências destinadas, em dezembro de 2006, ao SMP, com destaque para a faixa de 1.990 MHz, anteriormente destinada ao STFC; e nas Subfaixas de Radiofrequências de Extensão, na faixa de 900 MHz. Dentre os novos Regulamentos publicados pela Anatel em 2006, destacam-se:

- Resolução nº 438, relativa ao novo Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes das Prestadoras do SMP, que estabeleceu o término do *Bill & Keep* na remuneração de uso de redes entre prestadoras do SMP, em uma mesma área de registro (DDD), e a manutenção do regime de pactuação da remuneração pelo uso da rede móvel – VU-M – entre prestadoras de telecomunicações;
 - Resolução nº 451, relativa à Administração dos Recursos de Numeração, que permitirá à Anatel cobrar das prestadoras pela administração da numeração, ou seja, pela autorização de uso de códigos de acesso de usuários e de elementos de rede, como centrais telefônicas;
 - Resolução nº 453, relativa ao novo Regulamento sobre Condições de Uso das Subfaixas de Radiofrequências de 1.880 MHz a 1.885 MHz, de 1.895 MHz a 1.920 MHz e de 1.975 MHz a 1.990 MHz;
 - Resolução nº 454, relativa ao novo Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.800 MHz e 2.100 MHz que destinou novas faixas de frequências para a prestação do SMP, como a de 1.900 MHz, anteriormente destinada ao STFC.
- O ano de 2006 também foi marcado pela continuação da livre pactuação do valor de remuneração de uso das redes móveis (VU-M). Em março de 2006, a Anatel homologou o acordo provisório entre as concessionárias fixas de longa distância nacional, que incluiu todas as concessionárias à exceção da Embratel, e as operadoras móveis. O acordo garantiu um reajuste de 4,5% para o VU-M nas chamadas de longa distância VC-2, VC-3 e internacional com essas operadoras fixas, até que sejam julgados pela Anatel os pedidos de arbitragem, que continuam em andamento na Agência.

2 - Estratégia de Marketing

O mercado de telefonia celular no Brasil tem apresentado desaceleração no seu crescimento. Em função disso, tem aumentado a disputa pelas bases das próprias operadoras, elevando consideravelmente a competição entre elas. Ao mesmo tempo, todas as empresas têm buscado extrair maior valor frente a cada cliente, procurando mantê-lo em suas bases e com um maior nível de gastos.

Nesse contexto a estratégia da Vivo para 2006 baseou-se em dois princípios fundamentais:

- Investimento na capacidade de prestação de serviço, com foco na satisfação dos clientes; e
- Crescimento com rentabilidade, a fim de defender o EBITDA (resultado operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e sua margem.

Esses princípios foram traduzidos em uma estratégia de marketing composta por grandes macroações, desenvolvidas ao longo de 2006 e que constroem a base para uma maior competitividade em 2007:

- Entrega do Serviço com Qualidade, ajustando a estrutura da empresa e otimizando processos-chave tais como o atendimento aos clientes nos *call centers* e lojas de atendimento ao público;
- Desenvolvimento de oferta completa, para atender às necessidades de telecomunicações dos clientes, contemplando diversas ações, dentre as quais se destacam:
 - Lançamento da oferta em tecnologia GSM/EDGE, em complemento às tecnologias CDMA/EV-DO, permitindo maior liberdade de escolha aos clientes;
 - Criação, em conjunto com a Telefonica, de pacotes de serviços de telecomunicações integrados;
 - Desenvolvimento das soluções de acesso à internet em banda larga celular;
- Reposicionamento da percepção de preços, obtido por meio do lançamento de novos planos de tarifas, que oferecem maior valor e flexibilidade aos clientes;
- Fidelização agressiva, visando reduzir o churn (número de clientes desligados da base em relação ao número médio de clientes ativos) por meio de ações estruturadas e focadas, alocando recursos em função de sua rentabilidade e seu retorno;
- Crescimento focado nos segmentos e regiões com maior potencial de criação de valor;
- Rentabilização da base atual de clientes e dos novos clientes adquiridos ao longo do ano, com a implementação de ações de estímulo ao uso de serviços (com grande impacto das ações de carregamento de pré-pagos) melhorando a gestão segmentada e adaptando o custo de servir ao valor de cada segmento; e
- Construir/Comunicar a diferenciação da marca explorando o diferencial competitivo da sua superioridade em qualidade de sinal e cobertura.

Segmento Corporativo

A Vivo Empresas (VE) apresentou resultados expressivos no ano de 2006, em função de uma estratégia apoiada sobre os seguintes pilares:

- Expansão dos canais de vendas existentes e criação de canais inovadores.
- Aumento da produtividade da Força de Venda Direta.
- Maior foco na prática de vendas consultivas abrangendo soluções de voz, dados e SVAs.
- Consolidação da sinergia com a Telefonica.
- Melhora no atendimento prestado aos clientes.

Esses cinco itens permitiram atingir resultados expressivos que se refletiram principalmente no crescimento do parque, ampliando a liderança no segmento corporativo e consequentemente incrementando ainda mais a receita, com os seguintes indicadores:

- Fidelização de 670 mil linhas com renovação de contrato e troca de aparelhos;
- Crescimento superior a 150% em negócios envolvendo soluções de dados;

Boa parte deste resultado é atribuída ao investimento e aprimoramento dos canais de vendas, no qual a criação da Diretoria de Pequenas e Médias Empresas foi fundamental ao gerir mais proxivamente o canal, em constante alinhamento com as Diretorias Regionais e a Diretoria de Planejamento e Gestão da VE. Ações como a contratação de novos agentes autorizados (ampliação de 23% no número total de agentes autorizados) e a implantação de novos canais como Concessionários, Terceiros, Televendas e Loja Virtual permitiram atingir um novo patamar histórico de altas líquidas em 2006. Já no segmento de Contas Nacionais e Globais, a ampliação da liderança foi marcada não só pela adição de novos clientes estratégicos, mas também pela fidelização de clientes atuais e pela reconquista de importantes clientes de alto valor.

Além da ampliação do canal, a Vivo Empresas investiu fortemente na qualificação de sua força de vendas (Gerentes de Conta e Consultores) por meio de um intenso programa de treinamento de voz e dados, realizando mais de 420 treinamentos para funcionários diretos da Vivo e consultores dos parceiros comerciais em todo o Brasil.

De forma inovadora, reafirmou seu enfoque no lançamento de produtos de dados, como os novos módulos do serviço Smartmail e *devices* como o Motorola MotoQ, a Placa Growell EV-DO e o FWI, um *wireless modem* com tecnologia EV-DO para utilização em *desktops*. Além disso, promoveu uma ampla disseminação dos produtos Vivo ZAP e pacotes de SMS principalmente no segmento de pequenas e médias empresas.

Outro marco importante no ano de 2006 foram os resultados do programa de sinergia Vivo Empresas-Telefonica. Abrangente, a parceria engloba desde o compartilhamento de parceiros e estruturas comerciais até a utilização de produtos complementares, como a utilização do CSP 15 pelos clientes VE de todo o Brasil.

A Vivo Empresas também investiu fortemente no relacionamento com o cliente, expandindo sua estrutura de atendimento especializado, como Consultores de Relacionamento e Técnicos Residentes, além de ampla capacitação dos atendentes e uso de práticas segmentadas no Call Center corporativo.

Marca Vivo

Com pouco mais de três anos de existência, a Vivo conquistou em 2006 a posição de marca mais valiosa do Brasil no mercado de telecomunicações móveis, segundo estudo da consultoria inglesa Brand Finance. Com um valor estimado em R\$ 1,75 bilhão, a marca obteve prêmios de destaque que em 2006, além do privilégio de ter seu *case* de lançamento publicado na edição brasileira do livro “Administração de Marketing”, de Philip Kotler.

Em 2006, a gestão da marca Vivo priorizou o fortalecimento de atributos como liderança, inovação e proximidade com o cliente, além de apropriar-se do atributo melhor qualidade de ligação, altamente valorizado pelos clientes.

Da mesma forma, foi o cliente que inspirou o projeto da Loja Conceito Vivo, instalada no Morumbi Shopping, em São Paulo, um espaço concebido para que as pessoas pudessem vivenciar a marca intensamente, além de conhecer e experimentar seus produtos, serviços e tecnologia.

Planos e Campanhas

Campanhas de Comunicação

O ano de 2006 foi marcado por campanhas de comunicação que apresentaram ao público importantes inovações e vantagens trazidas pela Vivo, além de aproximar a companhia de seus clientes.

Neste cenário a ação de comunicação da Vivo durante a Copa do Mundo 2006 foi de importância estratégica para fortalecer o posicionamento da Vivo e apresentar aos clientes uma série de vantagens e inovações. Patrocinadora da CBF, a Confederação Brasileira de Futebol, e do jogador Robinho, a empresa lançou uma grande campanha com o tema “Vivo liga a torcida, Vivo liga o Brasil”. A operadora garantiu presença junto aos milhões de telespectadores brasileiros como uma das cotistas no pacote de transmissão dos jogos na Rede Globo de Televisão, SPORTV e ESPN, oferecendo, com exclusividade na tela do celular, conteúdos do Portal Terra. Sob o enfoque publicitário, as campanhas privilegiaram a perspectiva do cliente, a simplicidade e a transparância nas informações.

Pesquisas realizadas pela empresa confirmaram os excelentes resultados gerados por esta campanha, não apenas em termos de lembrança da propaganda mas sobretudo de fortalecimento do posicionamento, *top of mind* e valorização de atributos como liderança, qualidade de ligação, melhores aparelhos, inovação e modernidade.

Em 2006, A Vivo também se destacou no ranking de qualidade da Anatel, mantendo-se ao longo do ano entre as operadoras que oferecem a melhor qualidade de ligação. A Vivo lidera os indicadores da Anatel mais importantes para os clientes: taxa de queda de ligação, taxa de chamadas originadas completadas e reclamações de redes. Isso é a prova de que a Vivo possui a melhor cobertura e sinal em relação à concorrência, garantindo aos seus clientes falar com qualidade nas regiões de atuação da Vivo e nas áreas mais inusitadas, tais como elevadores, garagens e túneis.

O atributo qualidade de ligação foi comunicado ao público pela primeira vez durante a campanha de Copa do Mundo, utilizando como background os índices de qualidade de rede da Anatel. Desta forma, a Vivo apropriou-se deste atributo, que representa um grande diferencial competitivo frente à concorrência.

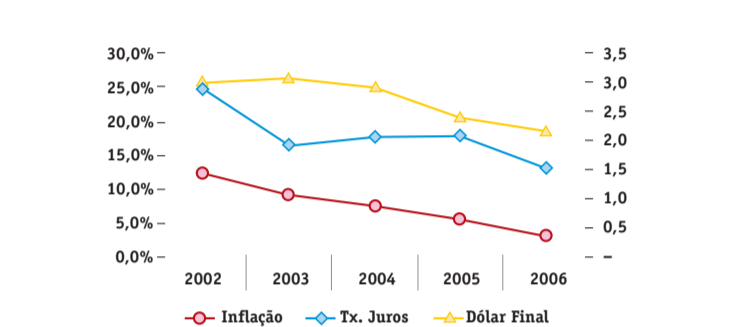
SENHORES ACIONISTAS

A Administração da **Vivo Participações S.A.** (**Vivo Part**), empresa que compõe os ativos da *Joint Venture* entre a Telefonica e a Portugal Telecom, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores e Relatário da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social final em 31 de dezembro de 2006.

1 - Conjuntura Política e Econômica

Durante o ano de 2006 os fundamentos da economia brasileira referentes ao setor externo experimentaram avanços adicionais. A balança comercial fechou 2006 com superávit recorde de US\$ 46,077 bilhões, apesar do real fortalecido. Outro recorde histórico no que diz respeito às reservas internacionais, que atingiram o patamar de US\$ 85,8 bilhões, com acréscimo de US\$ 32 bilhões no ano. Com isso, importantes melhorias puderam ser verificadas nos indicadores de solvência externa. Entre outros, vale citar o percentual de reservas internacionais sobre a dívida total, que evoluiu de 31,7% ao final de 2005 para mais de 47% ao final de 2006 e o percentual de dívida total líquida sobre PIB, que decaiu de 12,5% para menos de 8,5% no mesmo período. A melhoria das condições de solvência externa, por sua vez, possibilitou uma queda no risco-Brasil, medido pelo Embi+, que passou de 311 para 192 pontos-base ao longo de 2006, o nível mais baixo desde o início da série, em 1994. Os saldos recordes da balança comercial e das reservas internacionais, além da queda do risco-Brasil explicam, em boa parte, a queda do dólar registrada ao longo do ano. Observe-se que a taxa de câmbio média de 2006 foi de R\$/US\$ 2,18 contra R\$/US\$ 2,43 em 2005, uma apreciação nominal de 10,3% no ano. Entre outros efeitos, a valorização da moeda nacional gerou importantes reflexos na inflação ao consumidor. Pela primeira vez desde o início do regime de metas, o IPCA acumulado no ano, de 3,1% em 2006, ficou abaixo da meta central de 4,5% perseguida pelo Banco Central no período. Vale ressaltar que, além dos efeitos da apreciação cambial, a crescente credibilidade da autoridade monetária também exerceu relevante papel na contenção dos preços ao consumidor. A evolução da inflação ao consumidor em níveis inferiores à meta central possibilitou a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros ao longo do ano. Em 2006, a taxa Selic foi reduzida em 475 pontos-base, atingindo o patamar de 13,25% no final do ano. Com isso, a taxa nominal de juros acumulada no ano atingiu 15,1%, equivalente a 11,6% em termos reais. Ainda que esse nível seja superior ao observado em outras economias emergentes, trata-se de uma taxa inferior à média registrada nos últimos anos no Brasil gerando, dessa maneira, a um maior dinamismo da demanda interna. Provas disto foi o aumento da massa real de salários superior a 5% e a forte expansão do crédito, cuja participação no PIB saltou de 31,2% ao final de 2005 para mais de 34% ao final de 2006.

Não obstante o dinamismo da demanda doméstica, com incremento de 3,9% no ano, a demanda externa apresentou contribuição negativa de 0,9% resultando no fraco crescimento do PIB em 3% no ano de 2006. As causas do baixo crescimento são atribuídas principalmente à menor taxa de investimento do país, que não supera 20% do PIB e é, portanto, insuficiente para garantir um crescimento sustentado.



Mercado Celular no Mundo

O mercado mundial de telefonia móvel cresceu 21,0% em 2003 e 25,3% em 2004. Em 2005, o total de usuários mundiais de telefonia móvel era de 2,17 bilhões, um aumento de 23,5% em relação a 2004 e penetração de 33,6%.

De acordo com previsão da empresa de pesquisas Informa Telecoms & Media, no final de 2006, aproximadamente 2,7 bilhões de pessoas já dispunham de um celular. Em 2006, quase 950 milhões de unidades foram vendidas em todo o mundo. Em 2007, as vendas devem ultrapassar a marca de 1 bilhão de terminais móveis.

A maior demanda vem de mercados em expansão, como a Índia, a China e os países da África e da América Latina. Enquanto isso, em mercados mais estabelecidos, o consumidor exige cada vez mais recursos de seus aparelhos. Nos mercados desenvolvidos, nenhum telefone celular está completo se não tiver um tocador de MP3, uma câmera fotográfica de alta resolução e uma oferta de videogames sofisticados.

A importância dos serviços de dados pode ser observada nas estratégias das operadoras. O objetivo principal das operadoras com o 3G é obter receita adicional com serviços que não somente voz. Essa questão é crucial para operadoras que atuam em mercados saturados (densidades acima de 70 celulares por 100 habitantes) e que experimentam queda de receitas com serviços de voz devido à competição. Para algumas operadoras, no entanto, o aumento de capacidade proporcionado pelas tecnologias 3G serviu para resolver problemas de congestionamento nos serviços de voz.

A tabela a seguir apresenta a receita de dados como o da receita de serviços das principais operadoras 3G no mundo.

3T06 (Milhões)	País	Tecnologia 3G	Celulares 3G	Dados % Rec.
NTT DoCoMo	Japão	UMTS	29,1	28,5%
Verizon	Estados Unidos	EVDO	13,7	12,9%
H3G	Europa	UMTS	13,5	28,0%
Vodafone	Europa	UMTS	10,3	17,4%
SK Telecom	Coreia	EVDO	9,5	28,3%

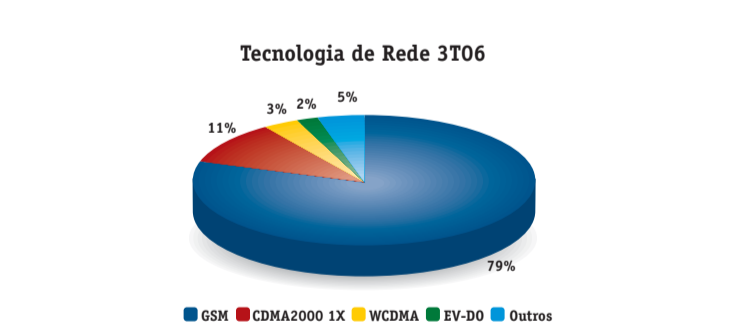
O SMS é o componente principal da receita de dados de operadoras que utilizam redes de 2G/2,5G. Apesar de serem disponibilizados pelas operadoras, outros serviços têm de conviver com restrições impostas pela baixa taxa de transmissão de dados desses sistemas.

Com sistemas 3G o usuário passa a ter um acesso banda larga wireless que coloca em outro patamar a utilização de serviços tais como:

- acesso à Internet, utilizando o celular como modem;
- entretenimento como música, jogos, etc.;
- e-mail e acesso a outros serviços corporativos;
- TV móvel;
- mobile banking e pagamentos via celular.

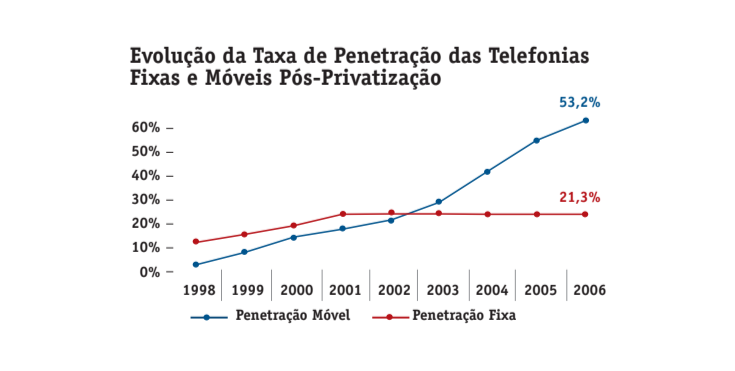
Segundo a consultoria Frost & Sullivan, as receitas de conteúdo móvel na América Latina crescerão 28% ao ano nos próximos cinco anos e chegarão a US\$ 2,6 bilhões.

Do total de linhas mundiais no terceiro trimestre de 2006, 79,6% eram usuários da tecnologia GSM, 10,7% usuários da tecnologia CDMA, 3,3% W-CDMA e 6,4% de outras tecnologias. Em relação às tecnologias de terceira geração (3G), o W-CDMA (UMTS) possuía 85 milhões de assinantes e a tecnologia 1xEV-DO possuía 45 milhões de assinantes, no terceiro trimestre de 2006. Dados da *Wireless Intelligence Ovum/GSM Association*.



Até o terceiro trimestre de 2006, o Brasil figurava como o 5º país em número de celulares no mundo atrás de China, Estados Unidos, Rússia e Índia, nesta ordem. Em março a Índia atingiu a marca de 93,04 milhões de celulares em março de 2006, superando o Brasil e passando a ser o 4º país em número de celulares no mundo.

O mercado celular no Brasil



O ano de 2006 continuou marcado por um crescimento considerável do parque móvel brasileiro devido principalmente à forte pressão competitiva entre as operadoras, que forçou a queda da barreira de entrada e do preço dos serviços. O ano fechou com 99,9 milhões de linhas registrando um crescimento anual próximo de 16%. Ainda assim, foi o pior mês de dezembro desde 2002 para o setor. Foram vendidos 2,5 milhões de aparelhos, contra 3,8 milhões de 2005, o que indica uma desaceleração da curva de crescimento do mercado. As adições líquidas em 2006 totalizaram 13,7 milhões, um montante 33,5% inferior às adições líquidas registradas em 2005.

O Brasil encerrou 2006 com uma taxa de penetração de 53,2% na telefonia móvel, o que representa uma evolução de quase 7 pontos percentuais frente aos 46,5% verificados no final do ano anterior.

Estima-se que o ritmo de crescimento do parque móvel continue decrescendo em 2007 como já ocorreu em 2006. Por outro lado, está previsto um novo leilão de frequência a ser realizado pela Anatel que pode trazer novos competidores para o mercado/regiões.

A Vivo manteve-se na liderança no mercado celular brasileiro atingindo, no final do ano, uma participação de 29%. Segundo dados da Anatel e do site Telco, o Nordeste registrou a maior evolução regional na penetração, impulsionado, sobretudo pela melhoria de renda em alguns de seus Estados. A penetração que no ano anterior era de 30,52%, subiu para 39,34% em 2006. Esse aumento permitiu a Região Nordeste ultrapassar a Região Norte (30,64%) no que diz respeito à taxa de penetração deixando de ocupar, assim, a última colocação do País. A região na qual o celular tem maior relação de usuário por habitante continua sendo a Centro Oeste, com 70,36%, principalmente em razão do elevado índice de 111,81% no Distrito Federal. Apesar da manutenção da liderança, os Estados centrais do País registraram, junto com os estados do Norte, as menores melhorias na penetração – com uma evolução pouco superior a 3 pontos percentuais.

Como parte da estratégia de comunicação com foco no cliente, a Vivo foi mais além e revolucionou o mercado de telefonia celular no Brasil, lançando em outubro de 2006 os Planos Vivo Escolha, um inovador plano, combinando simplicidade, liberdade de escolha dos serviços e vantagens para os clientes, que podem optar pela combinação de vantagens que mais se enquadram no seu perfil de uso. Com uma campanha que utilizou a apresentadora Marília Gabriela como porta-voz para anunciar esta importante mudança nos planos da Vivo, a empresa posicionou-se como a melhor opção em planos e a única operadora que oferece aos clientes a possibilidade de escolher como quer receber suas vantagens.

Além de oferecer aos clientes maior liberdade de escolha, os novos planos da Vivo são mais competitivos que os planos atuais da Vivo e os planos da concorrência. Sua características foram definidas de acordo com as necessidades do mercado, identificadas em pesquisa realizadas pela empresa.

A revisão dos planos tarifários da Vivo em 2006 também resultou no lançamento de novos planos para Vivo Zap, a banda larga móvel da Vivo. Uma campanha de comunicação voltada aos clientes pessoa física apresentou novos planos mais competitivos no mercado, aliados às vantagens da tecnologia 3G, como velocidade até 20 vezes maior que a da concorrência.

Para Vivo Empresas, a estratégia de comunicação adotada em 2006 buscou agregar sinergia e consistência com mensagens claras, de fácil entendimento e que remetem aos conceitos de velocidade, praticidade e conectividade.

Para isso, foi priorizado o fortalecimento de atributos-chave da marca tais como liderança, cobertura e credibilidade e uma maior associação aos atributos importantes na categoria, como valor, tecnologia e inovação. Uma grande campanha institucional realizada em duas fases buscou divulgar os benefícios de Vivo Zap e o conjunto de soluções Vivo Empresas. A linha criativa adotada utilizou didatismo e simplicidade na linguagem, trabalhando a percepção de que os produtos e serviços são acessíveis e podem contribuir com o crescimento e desenvolvimento das equipes.

As campanhas de varejo também tiveram grande destaque na mídia em 2006. De forma integrada e com o objetivo de reforçar a percepção de valor da marca, as campanhas de varejo apresentaram promoções diferenciadas e vantagens exclusivas oferecidas pela Vivo aos seus clientes.

Entre as campanhas de destaque estão aquelas que marcam as principais datas comemorativas do ano, como a Campanha de Dia das Mães, Dia dos Pais e Natal. A Campanha de Mães utilizou o tema torcer, de forma sinérgica com a comunicação institucional, que buscava uma abordagem emocional para envolver os brasileiros no período que antecedeu a Copa do Mundo. Já a expressão “Por conta da Vivo” deu o tom da comunicação da marca nas Campanhas de Dia dos Pais e Natal, mostrando que, além de prestar um serviço de alta qualidade, a Vivo traz ofertas competitivas para garantir economia e mais vantagens aos clientes.

Ofertas de Aquisição, Fidelização e Rentabilidade 2006

As ofertas em 2006 visaram crescer seletivamente, principalmente em pós-pago e segmentos com maior potencial de geração de valor, buscando melhorar a percepção de preço e fortalecer a liderança gerando. Além disso, a maior parte das campanhas de varejo realizada em 2006 foi pautada pela segmentação, premiando os clientes de maior valor com a concessão de bônus progressivos de acordo com a minuturação dos planos dos clientes ou valor de recarga realizado.

Dentre os diversos benefícios concedidos nas promoções, a Vivo buscou criar ofertas que fossem atraentes e ao mesmo tempo favorecessem o desenvolvimento de hábitos de consumo nos clientes com incentivos a planos de maior rentabilidade no pós-pago (vinculando descontos em aparelhos), recargas mensais no pré-pago e adimplência no pós-pago.

Os principais benefícios concedidos foram: bônus em ligações locais intra-rede, tarifas promocionais para ligações intra-rede (local e longa distância utilizando o CSP 15 da Telefonica) e redução seletiva no preço de aparelho (promoções pós-pago com desconto conforme o valor do plano de serviço intensificando o crescimento do segmento alto potencial) entre outros.

Em todas as campanhas de aquisição da Vivo, houve especial atenção à valorização da base atual de clientes. Eles puderam participar realizando trocas de aparelho com a manutenção do número, iniciativa alinhada a estratégia de fidelizar e rentabilizar o cliente. Além disso, a partir da Promoção Liga Brasil por Menos, realizada em junho, a base de clientes também pôde participar das campanhas de aquisição por meio de cadastramento e pagamento de taxa única de adesão. Essa mesma mecânica de participação da base foi adotada na Promoção R\$1.000 por Conta da Vivo, que se estendeu por todo o segundo semestre.

Aquisição e Fidelização

O ano de 2006 iniciou-se com o lançamento da oferta de Verão 2006 (“Promoção Verão R\$0,30 por minutos”), que permitiu aos clientes participantes falar com qualquer Vivo do Brasil por apenas R\$0,30 por minuto.

A estratégia foi promover a captação de novos clientes e a fidelização da base (por meio da troca de aparelho) explorando o conceito de comunidade Vivo em todo o Brasil. A necessidade de recarga mínima e adimplência para manutenção do benefício foi utilizada como forma de rentabilização dos clientes participantes.

Durante os meses de abril e maio ficou vigente a Promoção de Dia das Mães, aproveitando o segundo melhor período de vendas do ano (atrás somente do Natal) para alavancar a captação de novos clientes e promover a fidelização dos atuais clientes por meio da troca com compra de novo aparelho. O benefício da Promoção de Dia das Mães foi a concessão do dobro do valor da franquia no pós-pago e o dobro do valor da recarga no pré-pago, adequando o volume de bônus recebido ao perfil de cada cliente, estimulando também a fidelização e manutenção da rentabilidade dos clientes captados. Os bônus eram válidos para utilização em ligações locais de Vivo para Vivo.

Em junho, ocorreu o lançamento da Promoção Liga Brasil por Menos, cujo mote foi a Copa do Mundo 2006. O benefício promocional foi o mesmo da promoção de Verão 2006 – falar com qualquer Vivo do Brasil por R\$0,30 por minuto, com validade por até 6 (seis) meses mediante recargas mínimas a cada 30 dias no pré-pago e adimplência no pós-pago. Além disso, pela primeira vez, a Vivo permitiu a participação da base de clientes na promoção por meio de cadastramento e pagamento de taxa única de adesão no valor de R\$9,90, estimulando assim a rentabilidade e a fidelização.

No período de 17 de julho a 14 de setembro a promoção vigente foi a de Dia dos Pais, com utilização do mote “R\$1.000 por Conta da Vivo”. Mais uma vez, repetiu-se a estratégia da Promoção de Dia das Mães, com a concessão de bônus variando de acordo com o perfil de cada cliente. Progressivo tanto para o pós quanto para o pré, o bônus evoluía de acordo com a minuturação do plano e o valor da recarga, podendo chegar a até R\$1.000. O benefício era válido até o final de 2006, mediante recargas de qualquer valor a cada 30 dias e adimplência no pós-pago. A base de clientes também pôde participar por meio de troca com compra de novo aparelho (pré e pós), cadastro e pagamento de taxa única de adesão (pós-pago) ou simplesmente a realização de uma recarga de qualquer valor. Com isso, a campanha de aquisição passou a ser utilizada também como uma campanha de incentivo às recargas, sem que houvesse necessidade de desenvolvimento de uma nova promoção.

Devido aos bons resultados da promoção de Dia dos Pais, o mote “R\$1.000 por Conta da Vivo” permaneceu durante todo o resto do ano. Após o término da promoção de Pais, a promoção de R\$1.000 por Conta da Vivo foi reeditada duas vezes – uma no período de 15 de setembro a 12 de novembro e outra no período de 13 de novembro a 31 de dezembro, sendo essa a promoção da Vivo para o Natal de 2006. No entanto, nas reedições, a participação da base deveria ocorrer obrigatoriamente por meio de cadastramento e pagamento de taxa de adesão, ou troca com compra de novo aparelho. Além disso, a validade do benefício passou a ser de 6 (seis) meses e não mais até o final de 2006.

Em síntese, o ano de 2006 foi marcado principalmente pelo lançamento e manutenção dos R\$1.000 por Conta da Vivo durante grande parte do segundo semestre. Isso ocorreu porque os resultados, tanto de captação quanto de recargas, foram bastante positivos no período do Dia dos Pais. Além disso, essa promoção tem uma grande capacidade de sinergia entre aquisição, fidelização e rentabilidade, reduzindo com isso os custos de comunicação e trade marketing, simplificando os desenvolvimentos de TI e melhorando a recordação dos clientes em relação à essa campanha devido a uma identidade visual única.

Rentabilização

Durante o ano foram realizadas campanhas de ativação da base de clientes, estimulando-os a realizar chamadas, receber chamadas, utilizar SMS e realizar recargas. Dentre as principais vale citar:

- Bônus Serviços: Concessão de bônus em SMS (de Vivo para Vivo) por um prazo de 15 dias para clientes que realizassem recargas que tiveram o valor de face incrementado de R\$ 1 a R\$ 10. Os bônus eram proporcionais ao valor de face das recargas estimulando recargas de maior valor.
- Recarga com serviços mencionada foi a maior ação de estímulo do ano, aumentando o percentual de usuários únicos de SMS de 18% para 23%. Além disso, houve a inclusão de SMS como opção no Vivo Escolha Pré, iniciou-se a venda de pacotes de SMS e unificou-se a tarifa de SMS no Pré Pago em R\$ 0,36 (redução de R\$ 0,60 para R\$ 0,36 em SP).

A conjugação desses fatores fez com que o tráfego de SMS triplicasse em relação ao mesmo período de 2005, revertendo a tendência de queda no tráfego.

- Bônus Tráfego Entrante



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta
(anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

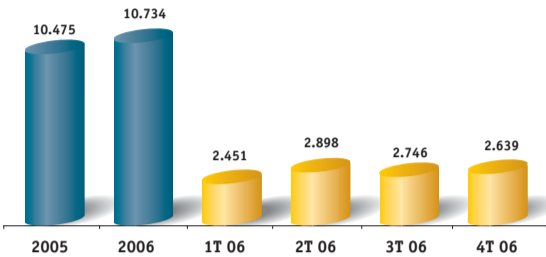
A receita operacional líquida de serviços decresceu 0,5% atingindo R\$ 9.560,2 milhões em 2006 comparados com R\$ 9.612,6 milhões em 2005. A queda reflete a redução na assinatura e utilização, parcialmente compensada por um aumento no uso de rede e outros serviços pela oferta de novos serviços de dados.

A receita operacional líquida das vendas de mercadorias em 2006 foi de R\$ 1.376,5 milhões que comparado com R\$ 1.641,2 milhões em 2005 apresentou uma redução de 16,1%. Essa redução está relacionada a melhores acordos comerciais e redução do preço médio de aparelhos.

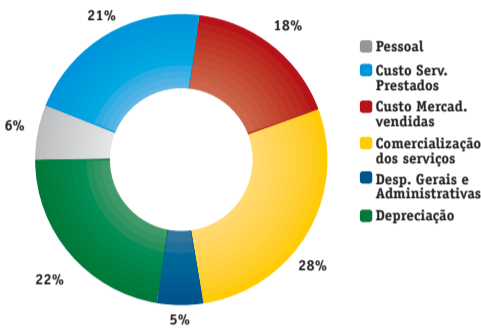
Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais aumentaram 1,3% atingindo R\$ 8.340,1 milhões em 2006 devido, principalmente, ao acréscimo nas despesas com interconexão resultantes do fim do Bill & Keep parcial (regra na qual os custos de interconexão entre operadoras de Celular somente eram faturados se fossem superiores ou inferiores a 45% e 55% do tráfego total) em julho de 2006, compensada pela redução no custo das mercadorias. Entre os custos, há que se ressaltar as ações de cobrança, os sistemas de administração de créditos na captura de novos clientes e da base existente, além de outras que foram implementadas durante o ano para a redução na Provisão para Devedores Duvidosos – PDD. Houve também uma campanha específica para a recuperação de créditos expirados, realizada no último trimestre de 2006, contribuindo para que fosse atingido o menor valor dos últimos dois anos.

Custos Operacionais

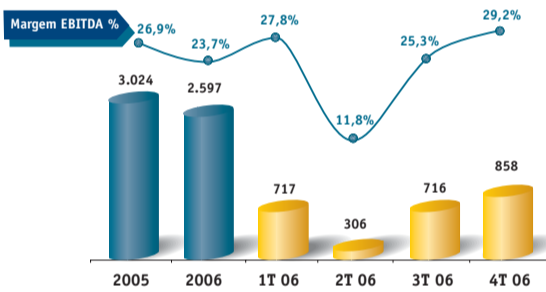


Composição Custos Acumulados por Natureza



EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 2.596,6 milhões, 14,1% inferior ao de 2005. Contribuíram para essa redução a constante pressão competitiva e os custos de inadimplência do primeiro semestre que já se encontram normalizados a partir da segunda metade do ano. A margem EBITDA de 23,7% sobre a receita operacional líquida é 3,2 pontos percentuais inferior a margem obtida em 2005, nesta margem há de se considerar o efeito aritmético do já comentado Bill & Keep, que aumentou as receitas e os custos da empresa. Na análise da evolução do EBITDA e Margem, observa-se uma evolução constante durante o terceiro e quarto trimestres do ano, refletindo o sucesso da implementação das ações de eficiência e competitividade.



O EBITDA é calculado como segue:

R\$ milhões	
Resultado Operacional (*)	(545,7)
Resultado Financeiro (*)	748,0
Depreciação e Amortizações (**)	<u>2.394,3</u>
	2.596,6

(*) Veja Demonstrações do Resultado

(**) Veja Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados no exercício apresenta um lucro de R\$ 16,3 milhões em 2006, principalmente pela utilização dos benefícios decorrentes da conclusão da reestruturação societária.

R\$ milhões

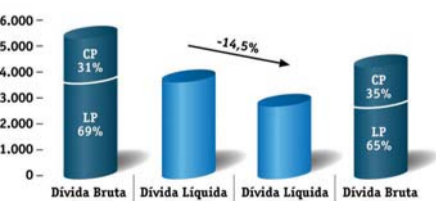
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2006	
	CONSOLIDADO
1. RECEITAS	13.021,4
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.646,1)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	7.375,3
4. RETENÇÕES	
Depreciação e amortização	(2.394,4)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3-4)	4.980,9
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas Financeiras	286,8
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	5.267,7
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
. Pessoal, encargos e benefícios (-INSS)	575,1
. Impostos, taxas e contribuições (+INSS)	3.051,2
. Juros e aluguéis	1.617,1
. Distribuição aos acionistas	24,8
. Resultado retido do exercício	(0,5)
	-0,01%

Empréstimos e Financiamentos

A Sociedade encerrou o exercício de 2006 com dívida de R\$ 4.500,4 milhões (R\$ 5.652,8 milhões no final de 2005), sendo 59% denominada em moeda estrangeira totalmente coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).

O endividamento registrado em 31 de dezembro de 2006 foi compensado pelos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras (R\$ 1.447,6 milhões) e pelos ativos e passivos de derivativos (R\$500,5 milhões a pagar), resultando numa dívida líquida de R\$ 3.553,3 milhões (R\$4.156,3 milhões em 31 de dezembro de 2005).

Endividamento

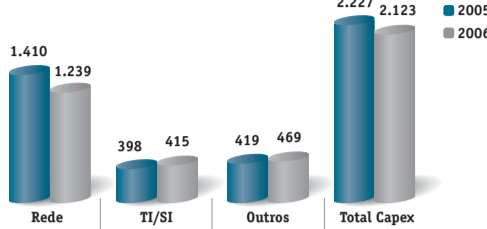


6 – Investimentos – CAPEX

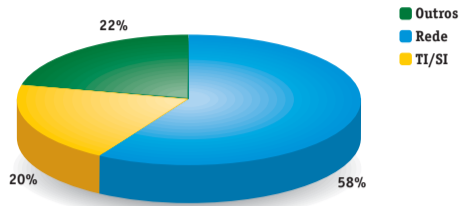
A empresa continuou seu programa de investimento em projetos de melhorias e de expansão da capacidade dos serviços prestados. Estes suportaram a ampliação da rede CDMA 1xRTT e EVDO, na expansão de rotas próprias de transmissão, na centralização e integração de sistemas (de faturamento, cobrança e de CRM, entre outras), no desenvolvimento de novos serviços, na abertura e reforma de pontos de venda e em terminais para o segmento empresarial.

No total foram investidos R\$ 2.123,0 milhões durante o ano. Esse total inclui o investimento na rede GSM/EDGE e na atual rede CDMA/EV-DO.

Total de Capex



Composição Capex - 2006



7 - Mercado de Capitais

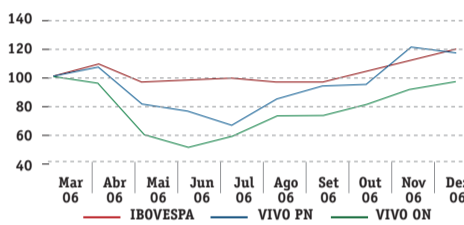
O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo – Ibovespa encerrou o ano cotado a 44.473 pontos. Durante o ano de 2006, o Ibovespa acumulou alta de 32,9%, enquanto que o *Dow Jones Industrial Average* (DJIA) apresentou uma alta de 16,8%. O volume médio diário negociado na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa em 2006, foi de R\$ 2,4 bilhões, um aumento de 51,1% em relação a 2005.

Após a reestruturação societária, as ações da Vivo Part começaram a ser negociadas na Bovespa em 31 de março de 2006 sob o código VIV03 (ações ordinárias – ON) e VIV04 (ações preferenciais – PN) e na *New York Stock Exchange* – NYSE sob o código VIV (*American Depositary Receipts* – ADRs).

Os valores de mercado das ações ordinárias nominativas – ON (VIV03) e das ações preferenciais nominativas – PN (VIV04) atingiram, respectivamente, R\$ 14,70 e R\$ 8,74, no pregão de 28/12/2006. Em 2006, as ações da Vivo Part apresentaram um volume médio diário de R\$ 2.349,28 mil nas negociações das ações ON e de R\$ 21.957,72 mil nas negociações das PN na Bolsa de Valores de São Paulo.

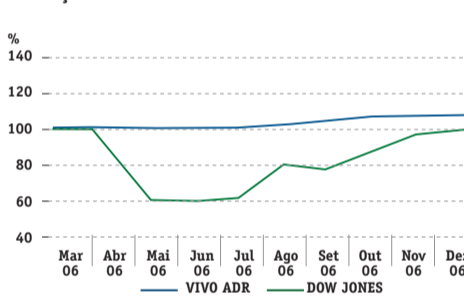
Evolução Mensal Ações

Base 100 = 31/mar/2006



Na NYSE, os ADRs encerraram o ano negociados a US\$ 4,11 com o volume total de 334.202.653 ADRs *outstanding*. Durante 2006, foram negociados um montante médio diário de US\$ 11,10 milhões.

Evolução Mensal ADR - VIV



Por ação	2006
Valor Patrimonial (R\$)	5,81
Cotação dos ADR em US\$	4,11
Cotação das Preferenciais (R\$)*	8,74
Cotação das Ordinárias (R\$)*	14,70

(*) Cotação de fechamento do último pregão do ano na Bovespa

O Capital Social da Sociedade em dezembro de 2006 era de R\$ 6.347.784.334,54 representado por 524.931.665 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais.

Distribuição de Proventos

Atendendo ao disposto no artigo 7º combinado com os artigos 26 e 27 do Estatuto da Empresa, no artigo 202, incisos I, II, III da Lei 6.404/76, no artigo 2º da Lei 10.303/2001 e na Lei 8.920/94, esta Administração propõe que sejam deliberados pagamento de dividendos às ações preferenciais, conforme segue:

Dividendo	16.808.606,96
Ações Ordinárias	0
Ações Preferenciais	16.808.606,96

Dividendo por ação em R\$	Valor Líquido Por Ação
Ações ON	0
Ações PN	R\$ 0,018416532

O pagamento dos dividendos deverá ser realizado até o dia 21 de dezembro de 2007.

Reestruturação Societária das Holdings

Em assembleias extraordinárias realizadas em 22 de fevereiro de 2006, os acionistas da Telesp Celular Participações S.A. (“Vivo Part”), Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., (“TCO”), Tele Sudeste Celular Participações S.A. (“TSD”), Tele Leste Celular Participações S.A. (“TLE”) e Celular CRT Participações S.A. (“CRTPart”), aprovaram a reestruturação societária proposta pelos seus respectivos Conselhos de Administração, em reunião realizada no dia 04 de dezembro de 2005, incorporando as ações da TCO e convertendo-a em subsidiária integral da Vivo Part e a incorporação das sociedades TSD, TLE e CRTPart pela Vivo Part e a consequente extinção das mesmas, de acordo com os termos e condições divulgadas no Fato Relevante ao mercado no mesmo dia.

A Reestruturação Societária, com a consequente concentração dos acionistas em uma única companhia de capital aberto, simplificou a estrutura societária das empresas listadas em bolsa, reduzindo custos e aumentando o valor para os acionistas, permitindo aos mesmos a participação em uma companhia com maior liquidez nas bolsas brasileiras e internacionais. Facilitou também a unificação, padronização e racionalização da administração geral dos negócios da Vivo e maior aproveitamento de sinergias entre as aludidas Sociedades, que, diretamente ou por meio das respectivas operadoras por elas controladas, já utilizavam a marca Vivo.

Reestruturação Societária das Operadoras

Em assembleias gerais extraordinárias ocorridas no dia 31 de outubro de 2006 foi aprovada a Reorganização Societária descrita no Fato Relevante datado de 02 de maio de 2006, conforme atas publicadas a partir do dia 1º de novembro de 2006 das sociedades Telergipe Celular S.A., Telebahia Celular S.A., Telerj Celular S.A., Telesp Celular S.A., Celular CRT S.A., Telesp Celular S.A., Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., Telegoias Celular S.A., Telemat Celular S.A., Telem Celular S.A., Teleron Celular S.A., Teleacre Celular S.A. e Norte Brasil Telecom S.A. (em conjunto denominadas “Operadoras”) as quais foram incorporadas pela Vivo S.A. (nova denominação da Global Telecom S.A.) e, consequentemente, extintas. Tendo em vista a proposta apresentada pela Administração da Vivo S.A., a Assembleia Geral de Acionistas decidiu por não incorporar a sociedade TCO-IP S.A., que permaneceu existindo, por não ser prestadora do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

Em relação aos antigos acionistas minoritários das sociedades TCO, Telegoias, Telemat, Telems, Teleacre e Teleron que eram titulares de ações de tais companhias antes da incorporação de ações destas e da reestruturação societária de que trata o Fato Relevante divulgado em 04/12/05, os atuais detinham dividendos/juros sobre o capital próprio e frações decorrentes de grupamento de ações, anteriormente deliberados, remunerando essas onduas dos exercícios de 2003, 2004 e 2005 e que ainda não foram reclamados, bem como não estavam prescritos na data da incorporação, foi deliberado que, a partir de 01/11/2006, fosse transferida a titularidade das contas que eram mantidas pelas operadoras mencionadas neste item para a Vivo S.A., mantendo-se os números de conta corrente e agência para identificar a origem do pagamento por ex-operadora, até a prescrição de tais proventos.

Conforme já esclarecido no Fato Relevante publicado em 2 de maio de 2006, os serviços de SMP e SCM que eram prestados pelas Operadoras em todas as áreas e regiões passaram a ser prestados pela Incorporadora com a plena e integral continuidade na prestação dos serviços aos clientes e usuários das Operadoras, sem que qualquer providência precisasse ser tomada por parte dos mesmos.

Como a Reorganização Societária não envolveu diretamente a Vivo Participações, operando-se tão somente entre as sociedades por elas controladas, o capital social e o patrimônio da Vivo Participações, bem como a sua estrutura societária e os diretos atuais conferidos pelas ações por ela emitidas, não sofreram qualquer alteração. Essa reestruturação, tal qual ocorreu nas holdings, contribuiu para aumentar a eficiência da organização, para a simplificação administrativa e comercial e para a melhor gestão dos recursos, entre outros pontos.

Aumento de Capital

Em 3 de maio de 2006, o Conselho de Administração da Vivo Participações aprovou um aumento de capital social e emitiu 15.705.528 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 12,37 em função dos direitos de preferência, este destinado exclusivamente para a capitalização do ágio.

O preço de emissão correspondeu a 100% da média ponderada do preço de fechamento registrado pela Bolsa de Valores de São Paulo nos 15 dias de negociações entre 7 de abril de 2006 e 2 de maio de 2006. Os direitos de preferência puderam ser exercidos no período compreendido entre 8 de maio de 2006 e 6 de junho de 2006.

Esse aumento de capital permitiu que a Brasilcel, na condição de acionista controladora da Vivo Participações, capitalizasse uma parte do benefício fiscal relacionado ao ágio gerado no processo de aquisição da companhia. As regulamentações da CVM permitem ao comprador de sociedades de capital aberto capitalizar os benefícios fiscais decorrentes da amortização do ágio gerados na aquisição de tal sociedade, desde que os direitos de preferência relacionados ao aumento de capital sejam estendidos aos outros acionistas da sociedade de capital aberto. Os benefícios fiscais relacionados pela Brasilcel em relação à Vivo Participações incluíram benefícios fiscais de R\$193.837.444,06 relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e benefícios fiscais de R\$ 439.937,75 relativos a exercícios anteriores, totalizando R\$ 194.277.381,81.

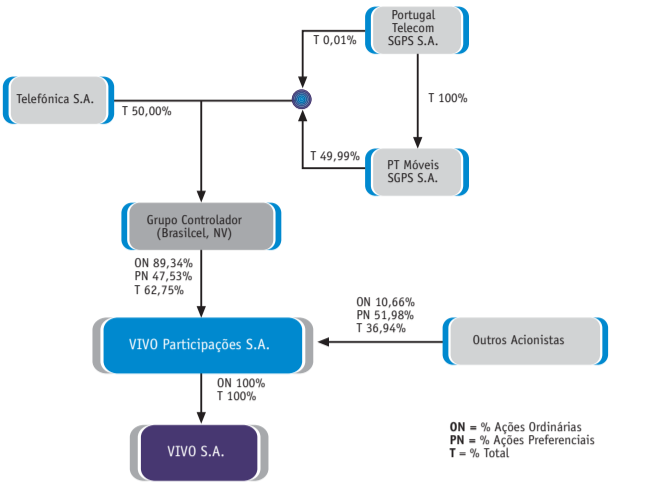


Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta
(anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrutura acionária em dezembro de 2006:



COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31/12/2006						
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
Portelcom Participações S.A.	67.349.733	12,8%	1.843	0,0%	67.351.576	4,7%
BRASILCEL, N.V.	222.877.507	42,5%	364.350.055	39,7%	587.227.562	40,7%
SUDESTECEL Participações Ltda.	88.255.178	16,8%	1.224.498	0,1%	89.479.676	6,2%
AVISTA Participações Ltda.	9.630.458	1,8%	46.613.811	5,1%	56.244.269	3,9%
TBS Celular Participações Ltda.	68.818.554	13,1%	1.165.797	0,1%	69.984.351	4,9%
TAGILO Participações Ltda.	12.061.046	2,3%	22.625.728	2,5%	34.686.774	2,4%
Subtotal Controlador	468.992.476	89,3%	435.981.732	47,5%	904.974.208	62,8%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	4.494.900	0,5%	4.494.900	0,3%
Outros acionistas	55.939.189	10,7%	476.709.448	52,0%	532.648.637	36,9%
TOTAL	524.931.665	100,0%	917.186.080	100,0%	1.442.117.745	100,0%

8 - Governança Corporativa

Relações com Investidores

A Vivo Participações trabalha para aprimorar constantemente as suas práticas de governança corporativa, ao promover uma gestão profissionalizada e ao dispensar um tratamento igualitário a todos os acionistas. Para manter o mercado de capitais informado sobre as operações da companhia, foram realizadas, ao longo de 2006, reuniões com analistas e investidores, além de ter sido cumprido o calendário de eventos. Além disso, a Vivo Participações, mantém canais de informações e comunicação por telefone, e-mail e website (www.vivo.com.br/ri), no qual estão disponíveis as informações atualizadas sobre as operações da empresa.

Sarbanes-Oxley

A empresa tomou as providências necessárias para se adequar aos requerimentos da Legislação aplicável às empresas que negociam valores mobiliários no mercado norte-americano, que reforça as regras para a governança corporativa relacionadas à divulgação e à emissão de relatórios financeiros.

Cumprimento da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 exige que passemos a incluir em nossos relatórios anuais, Formulário 20-F, um Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis.

O referido relatório estará disponível em nosso formulário 20-F referente ao ano de 2006 e atesta que os controles internos foram submetidos a um processo de avaliação de acordo com as normas dos reguladores norte-americanos, e que os resultados obtidos demonstram a sua efetividade para 31 de dezembro de 2006. Desde o início de 2005 a administração elaborou um plano abrangente para cumprir a Seção 404 no prazo exigido. O trabalho inclui: (1) documentação e avaliação da adequação de nossos controles internos sobre as demonstrações contábeis; (2) correção de eventuais deficiências de controle; (3) validação, por meio de testes, de que os controles funcionam como documentados e (4) implementação de um processo contínuo de melhoria e relatórios dos controles internos sobre as demonstrações contábeis.

A Diretoria Executiva da Vivo reafirma seu comprometimento com a efetividade de seus controles internos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, transparência e criação de valor para os acionistas no longo prazo.

Código de Ética

O Código de Ética tem como objetivo estabelecer os parâmetros para o cumprimento das políticas, regulamentos e demais normas aplicáveis, com uma conduta honesta, precisa e ética. A política é aplicável a todos os empregados e executivos estatutários (Presidente, Vice-presidentes) e não estatutários (Diretores Gerais, Diretores, Divisões e Gerentes).

No Código, os empregados e executivos da Vivo comprometem-se a cumprir as diretrizes de suas superiores, normas, políticas e a legislação vigente. Os executivos têm ainda um papel muito importante na disseminação da informação, assumindo o esclarecimento e a comunicação necessária, quando for o caso, para garantir que seus subordinados cumpram as regras definidas.

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Comitê de Divulgação

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante foi estabelecida pelo Conselho de Administração da Vivo Part em cumprimento ao Artigo 16 da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002.

A responsabilidade final pela divulgação de informação, ato ou fato relevante é do CEO, do CFO e do Diretor de Relações com Investidores, sendo os dois primeiros, responsáveis pela autorização das informações a serem divulgadas, enquanto que o Diretor de Relações com Investidores responsabiliza-se pela comunicação propriamente dita, nos termos previstos na Política de Ato e Fato Relevantes e na Instrução CVM 358/02 e 369/02. As citadas divulgações são revisadas pelo Comitê de Divulgação no assessoramento ao CEO e CFO. O Comitê de Divulgação é responsável pelo processo de divulgação de informações, Ato e Fato relevantes da Companhia, assegurando a qualidade da divulgação das informações, bem como pela implementação dos Procedimentos e Controles de Divulgação.

O Comitê de Divulgação reporta-se diretamente ao CEO e ao CFO. O comitê é integrado por um coordenador e 10 membros (representantes das diretorias de Relações com Investidores, Controle, Comunicação Institucional, Contabilidade, Financeiro, Planejamento Financeiro, Comunicação e Publicidade e Regulamentação e pelo Secretário-Geral e Diretor Jurídico) e deve avaliar a necessidade de recorrer a entidades externas (auditores, advogados e outros consultores externos), para assegurar um suporte adequado ao processo de divulgação.

Política de Contratação de Partes Relacionadas

Conforme disposto no artigo 117 da Lei 6.404/76 e no Artigo 9 do Estatuto Social da Companhia, deverá ser submetida à aprovação prévia da Assembléia Geral de Acionistas a celebração de contratos com partes relacionadas, cujos termos e condições sejam mais onerosos para a companhia do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza.

Comitê de Auditoria e Controle

O Comitê de Auditoria e Controle tem natureza colegiada e é formado por três membros do Conselho de Administração. É conduzido em conformidade com as regras estabelecidas em seu Regimento Interno, com as deliberações do Conselho de Administração, nos termos e limites da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia.

Conselho de Administração

O atual Conselho de Administração da Vivo Part é integrado por 9 membros. Os conselheiros são eleitos por mandatos de três anos pela Assembléia Geral de Acionistas, que também possui poder de destituí-los do cargo. Há possibilidade de reeleição.

As reuniões do Conselho de Administração ocorrem ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário. Nenhum dos seus integrantes ocupa cargo de direção e três dos seus membros seguem os critérios de independência exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley.

Conselho Fiscal

O atual Conselho Fiscal é integrado por três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia de Acionistas para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal de caráter permanente reúne-se ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho Fiscal.

Diretoria

A Companhia possui seis Diretorias Estatutárias, sendo seus membros acionistas ou não, residentes no país e eleitos pelo Conselho de Administração, com um mandato de 03 (três) anos, para os cargos de Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo de Operações, Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle, Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação, Vice-Presidente de Redes e Vice-Presidente de Regulamentação. Um mesmo diretor pode acumular mais de um cargo. É vedada a participação de membros da diretoria no Conselho de Administração.

9 - Pesquisa e Desenvolvimento

A Vivo mantém convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e também com Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Tais convênios permitem a criação de laboratórios da Vivo nas dependências da Universidade, onde são executados projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, que apoiam e impulsionam os processos de inovação tecnológica da empresa.

Também foi firmado um acordo no final de 2004 com o CPqD, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Campinas – São Paulo, para avaliações e estudos de novas tecnologias.

Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento humano e profissional dos colaboradores envolvidos no processo, uma vez que permitem a interação com novos grupos de trabalhos, idéias e conhecimentos; estreita o relacionamento da Vivo com a sociedade brasileira e com a comunidade científica, por meio de publicações e desenvolvimento de novas tecnologias e, principalmente, geram ferramentas e processos de inovação que contribuem para a posição de liderança tecnológica da Vivo.

Adicionalmente e não tão somente, a Vivo mantém em seu quadro de trabalho Pesquisadores, Engenheiros e técnicos que zelam pelo processo de desenvolvimento e inovação. Esses profissionais estão distribuídos nas áreas de TI, Desenvolvimento de Produtos e Tecnologia.

10 – Recursos Humanos

As pessoas são, para a Vivo, o grande diferencial no desenvolvimento de suas estratégias para a conquista de resultados diferenciados. Em última forma são os responsáveis pelo sucesso dos produtos na hora de sua compra e consumo, pelo correto faturamento e pela qualidade do atendimento.

Atração e Retenção de Profissionais

Para atrair novos profissionais, a empresa implantou o *5º Programa de Trainees*, o que possibilitou a jovens potenciais capacitar-se nas principais áreas da organização. Para reter talentos, foram implementadas ações como a *Programa de Coaching*, que são realizados com grupos de executivos/key position da Vivo no desenvolvimento de competências organizacionais e na gestão de pessoas.

A empresa continuou investindo em 2006 no desenvolvimento e na formação de novos gestores.

Capacitação e Desenvolvimento

O mercado altamente competitivo e a necessidade de manter a liderança continuaram a exigir da empresa esforços e investimentos no desenvolvimento contínuo de seus profissionais, tendo sido aplicados cerca de R\$ 5,4 milhões no ano, um dos diferenciais para a evolução da competitividade da Vivo.

Em 2006 foram treinados 2.161 colaboradores – cumprindo uma carga horária total de 85.207 horas, o que corresponde a 14h45 por colaborador. Grande parte dos treinamentos foi focada em programas técnicos e de liderança.

Houve também investimentos nos programas de capacitação em GSM/EDGE voltado às frentes de vendas e *call center*, alinhando conceitos que agregaram pontos na qualidade de atendimento ao cliente e na argumentação de vendas.

Com o objetivo de integrar pessoas no contexto internacional, a empresa patrocinou em 2006 a ida de 06 (seis) colaboradores para programas específicos de curta duração na Espanha, além de financiar participações em congressos em diversos países.

Ambiente Interno

Em 2006, a Vivo manteve a missão de desenvolver um modelo de gestão de comunicação interna que possibilite transmitir a estratégia da empresa, criar e envolver a todos numa cultura comum, voltada à transparência e orientação ao cliente.

Do re desenho da organização às ações para aproximar os colaboradores ao negócio, a Vivo trabalhou para fazer dos empregados um time de profissionais cada vez mais motivados, preparados e engajados nos objetivos da empresa.

Comunicação e informação foram os trunfos para promover o alinhamento corporativo, disseminar o conhecimento sobre fatos e desafios e, principalmente, estimular o envolvimento. Para isso, foram realizadas reuniões trimestrais por videoconferência de apresentação dos resultados financeiros, demonstração, em primeira mão, das principais campanhas externas, assim como, a produção de diferentes campanhas corporativas que atuaram na conscientização e no orgulho do colaborador em trabalhar na organização. Como já citado, um inovador programa de mudança da cultura organizacional intitulado “Vivo para o Cliente” foi elaborado e posto em prática no ano, aproximando os executivos da empresa à linha de frente (lojas, call center e corporativo).

O ano éxito dos projetos implementados em 2006 (entre eles a migração dos sistemas unificados nos Estados do RJ, ES e CO/N, o Projeto Incorporação – unificando as empresas que compunham a Vivo numa única razão social –, Projeto W, de implantação da rede GSM, a Vivo contou com um time de colaboradores capazes e que participaram ativamente desse resultado.

Outra participação positiva dos colaboradores foi na campanha de Redução de Despesas, onde todos os empregados se empenharam em reduzir despesas operacionais e foram pró-ativos no envio de quase 3 mil sugestões de corte de despesa e ampliação de receita.

Os colaboradores também foram ouvidos por meio da 4ª pesquisa de clima da empresa, poderoso instrumento de comunicação, em que os profissionais manifestaram livremente as suas percepções acerca das relações de trabalho, ambiente interno e processos. O plano de ação decorrente da pesquisa é implementado desde 2004, trazidinho o avanço no propósito de trabalho conjunto entre a alta administração e os colaboradores na busca da excelência e liderança.

Força de Trabalho

O quadro de pessoal da empresa encerrou 2006 com o total de 5.896 colaboradores contra 6.084 existentes em dezembro de 2005. A redução deve-se, principalmente, à centralização de algumas atividades e à otimização dos processos da empresa.

A distribuição por atividades é a seguinte:

Área de Atividade	2006	2005	% var
Técnica e Operações	1.865	1.528	22,1%
Marketing e Vendas	2.167	2.532	-14,4%
Atendimento a Clientes	382	399	-4,3%
Suporte Financeiro e Administrativo	1.482	1.625	-8,8%
TOTAL	5.896	6.084	-3,1%

Aderiram aos Planos de Previdência Privada 60,13% do efetivo, o que representa 3.546 colaboradores (dezembro/2006).

11 – Responsabilidade Sócio-ambiental

O Instituto Vivo, órgão que gerencia o investimento social da Vivo, redirecionou o foco social da empresa em 2006, apoiando iniciativas de educação para jovens.

Os primeiros projetos alinhados ao novo foco foram selecionados por meio de concurso interno que abrangeu todas as regionais da Vivo. Paralelamente, os projetos já apoiados pela empresa estão se adequando a esse novo objetivo. Outro importante fato foi a consolidação do sistema de governança do Instituto, que passou a contar com um conselho consultivo integrado por executivos da empresa.

Além disso, o programa Vivo Voluntário realizou diversas ações sociais em benefício da comunidade das regiões em que a empresa está presente e dos deficientes visuais, como as campanhas de Natal e a do Dia das Crianças. Em 2006, os voluntários também trabalharam na revisão e digitalização de materiais para o formato braile e a gravação de livros falados. Foram cerca de 510 horas gravadas no Espaço Vivo Voluntário do Rio de Janeiro e mais de 39 mil páginas foram impressas em braile no Espaço Vivo Voluntário de São Paulo.

Ainda em 2006, o Instituto Vivo promoveu cursos de capacitação de revisão e leitura de materiais e também de audiodescrição, técnica que permite que os voluntários estejam capazes de fazer uma peça teatral para o deficiente visual. A audiodescrição no Teatro Vivo, único local no Brasil que possui equipamentos necessários para essa atividade, teve início em outubro de 2006 e após dois meses, os voluntários da empresa já haviam realizado a audiodescrição da peça “O Santo e a Força” para mais de 120 deficientes visuais.

A Vivo, tem como missão “transformar-se em um modelo de empresa ambientalmente responsável, visando criar um diferencial competitivo”.

Para isso, utiliza três grandes diretrizes:

Impacto da Vivo no Meio Ambiente

- Políticas e Procedimentos - criar o comprometimento de desenvolver e implementar políticas e procedimentos visando minimizar riscos e promover a sensibilização do público envolvido.
- Gerenciamento de Resíduos - criar ferramentas para avaliar os resíduos gerados resultantes das operações da empresa e definir a forma mais adequada de coleta e destinação, bem como implantar ações para minimizar a geração.

Contribuição da Vivo para o Meio Ambiente

- Educação Ambiental - implementar campanhas e eventos internos e externos, visando a sensibilização ambiental dos colaboradores, clientes, comunidade e acionistas. Desenvolvimento da criatividade e percepção da gestão ambiental como fator de diferencial competitivo.

Comprometimento com a Comunidade e Governo

- Emissões Eletromagnéticas – propiciar educação e informação à comunidade e participar das discussões dos aspectos legais junto aos órgãos reguladores e criar ferramentas para atualização de pesquisas técnicas sobre o assunto e cumprimento da Resolução Anatel 303.

Retrospectiva:

A Vivo iniciou em 2006, o recolhimento para reaproveitamento e reciclagem de aparelhos celulares e seus acessórios, com a campanha nas lojas “Seu Celular sem utilidade pode ligar o mundo a um futuro melhor”. É a primeira operadora de telefonia celular a realizar um projeto desse tipo, começando nas Regionais São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal como piloto e com previsão para abrir mais de 4 mil pontos de coleta em todas as regionais a partir de julho de 2007. Esse projeto, além de trazer benefícios à meio ambiente, tem caráter sócio-ambiental, pois toda a verba arrecadada com os celulares reaproveitáveis, será doada em instituições atendidas pelo Instituto Vivo.

A Vivo, tem buscado a integração de todos os departamentos internos com a questão ambiental, bem como a aplicação e expansão de seus programas ambientais em todas as regionais do País. Em 2006, com total sucesso, realizou a “II Semana Meio Ambiente VIVO - Como anda sua consciência ambiental?”.

A Vivo realizou ainda, diversas ações e campanhas, entre elas à de coleta seletiva dos recicláveis, encaminhando para correta destinação resíduos considerados perigosos a saúde, tais como baterias, lâmpadas fluorescentes, lixo hospitalar e aparelhos eletro-eletrônicos. Os resultados do ano de 2006 foram bastante positivos, superando o ano anterior, como mostra a tabela abaixo:

Gerenciamento de resíduos				
	Baterias de Celular (unidade)	Baterias de ERBs (toneladas)	Lâmpadas fluorescentes	Resíduos Recicláveis (toneladas)
2006	104.586	316	10.283	304
2005	46.994	90	4.217	190

12 – Prêmios

Em 2006, a Vivo foi contemplada com vários prêmios, entre os quais destacamos:

- Prêmio Cidadania do Anuário Telecom 2006 com o projeto Escola de Educação Ambiental - Escola Parque, patrocinado desde 2004 pelo Instituto Vivo.
 - Top de Marketing ADBV 2006 com o caso Vivo Play 3 G.
- Empresas que mais respeitam o consumidor oferecido pela Revista Consumidor Moderno.

13 – Auditoria Independente

A política da Vivo Participações S.A. junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente.

No exercício de 2006, a Vivo Participações S.A. contratou junto a esses auditores outros trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras cujo valor não excedeu 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A independência destes auditores se apresenta assegurada dentro do contexto de que os referidos trabalhos foram desenvolvidos por equipe independente em relação ao grupo responsável pelos trabalhos de auditoria externa. A tomada de decisão sobre os procedimentos adotados foi estabelecida pela Administração.

Políticas e procedimentos:

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretem em conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos. Adicionalmente, é vedada a manutenção de qualquer relação da Companhia (ou de seus Administradores) com os auditores independentes que implique na perda de independência.

14 – Perspectivas e Planos Futuros

No plano macroeconômico, a expectativa para 2007 é de que a economia brasileira alcance um resultado pouco melhor do que o crescimento registrado em 2006, incentivado por ações indutoras do governo, pelo aumento do nível de emprego, da demanda interna e pelo crescimento da economia mundial.

Em relação à telefonia celular, projeta-se mais uma vez um crescimento superior ao crescimento médio da economia. Dentre alguns destaques para 2007 que podem trazer uma mudança no panorama do mercado estão a possibilidade de fusões/aquisições, licitação de autorizações de radiofrequência pela ANATEL, a continuidade do cenário de renovação competitiva, a manutenção do foco no negócio de dados, visando ao crescimento de ARPU, a busca de sinergias e economias de escala e ações de defesa e a fidelização de clientes, além de ofertas convergentes entre serviços de telefonia fixa, celular, dados e mídia.

Nesse contexto, a companhia pretende manter a posição de líder do mercado brasileiro intensificando suas ações para a obtenção da cobertura nacional, impulsionando o crescimento, buscando diferenciar-se por meio da qualidade e excelência na prestação de serviços de qualidade.

15 – Agradecimentos

A Administração da Vivo Participações S/A agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela cooperação e confiança depositados e, em especial, aos funcionários, pela dedicação e esforço empreendidos, graças aos quais conseguimos obter os resultados apresentados.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005				
(em milhares de reais)				
A T I V O				
	Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.06	31.12.05	
Circulante				
Caixa e bancos		1.990	326	82.927
Aplicações financeiras	4	-	-	1.364.713
Contas a receber, líquidas	5	-	-	1.961.246
Estoques	6	-	-	282.020
Adiantamento a fornecedores		-	-	13.142
Juros sobre o capital próprio e dividendos		205.105	64.148	-
Tributos diferidos e a recuperar	7	6.520	13.400	1.662.739
Operações com derivativos	15	-	2.777	1.298
Despesas antecipadas	8	807	807	181.872
Outros ativos	9	590	14.706	90.158
Total do ativo circulante		215.012	96.164	12.722.494
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Tributos diferidos e a recuperar	7	471.337	370.026	2.624.938
Operações com derivativos	15	-	1.115	135
Despesas antecipadas	8	2.530	3.337	21.314
Outros ativos	9	2.439	1.945	21.619
Investimentos	10	9.443.335	7.140.076	979.158
Imobilizado, líquido	11	103	231	6.445.479
Intangível, líquido	11	-	-	1.642.683
Diferido, líquido	12	-	-	134.257
Total do ativo não circulante		9.919.744	7.516.730	11.869.583
		10.134.756	7.612.894	17.542.077
		13.724.306		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	31.12.06	31.12.05	
Circulante				
Pessoal, encargos e benefícios sociais		2.204	1.032	156.625
Fornecedores e contas a pagar	13	1.770	24.934	2.627.013
Impostos, taxas e contribuições	14	1.302	74.636	453.710
Empréstimos e financiamentos	15	71.789	1.066.051	1.590.345
Juros sobre o capital próprio e dividendos		29.391	-	51.702
Provisão para contingências	16	508	-	61.911
Operações com derivativos	15	239	211.456	372.229
Outras obrigações	17	76.690	22.774	386.422
Total do passivo circulante		183.893	1.400.883	5.699.925
Não Circulante				
Exigível a longo prazo:				
Impostos, taxas e contribuições	14	-	-	2



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta (anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucro				Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) Acumulados (2.556.159)	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de	Reserva Especial	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Reserva para Expansão			
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	4.373.661	99.710	990.169	-	-	-	-	-	2.907.381	2.907.381
Aumento de capital - AGE de 07/01/05	2.053.896	-	(53.896)	-	-	-	-	-	2.000.000	-
Aumento de capital - AGE de 31/07/05	242.595	-	(242.595)	-	-	-	-	-	-	-
Regularização de saldo	-	8	-	-	-	-	-	-	-	8
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(892.200)	(892.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	6.670.152	99.718	693.678	-	-	-	-	-	(3.448.359)	4.015.189
Redução de capital - AGE de 06/02/06	(3.147.782)	-	-	-	-	-	-	-	3.147.782	-
Transferência acervo de incorporação - AGE 22/02/06	2.631.137	415.371	347.331	3.589	97.421	11.070	602.612	(11.070)	490.188	4.587.681
Incorporação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.681)	(2.681)
Constituição de provisão de reserva	-	-	(52.412)	-	-	-	-	-	11.718	(52.412)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.718
Aumento de capital com reservas - AGE de 08/06/06	194.277	-	(194.277)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de reservas de ágio	-	-	(241.682)	-	-	-	-	-	-	(241.682)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	70.773	70.773
Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.539	-	-	-	(3.539)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.808)	(16.808)
Reserva para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	50.426	-	(50.426)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	6.347.784	515.089	552.638	3.589	100.960	11.070	653.038	(11.070)	198.648	8.371.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (em milhares de reais)

	31.12.06	31.12.05
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.347	(909.246)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais		
Participações minoritárias	7.968	166.884
Depreciação e amortização	2.394.385	1.552.485
Rateio da depreciação de sistemas compartilhados	-	1.080
Desconto no pagamento antecipado de obrigações	-	(7.425)
Provisão para perdas em ativos	277.987	36.403
Custo residual de ativo imobilizado baixado	(1.220)	(1.922)
Perda em contratos a termo e de swaps	764.264	941.142
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	(334.978)	(388.440)
Perda na aquisição de participações	-	18.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	720.496	514.756
Provisão para fundo de pensão	824	125
Provisão para perda em investimentos	671	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	102.074	(806.346)
Estoques	80.292	196.557
Tributos diferidos e a recuperar	(907.635)	103.426
Outros ativos circulantes e não circulantes	243.569	73.181
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	6.785	779
Fornecedores e contas a pagar	153.870	(155.832)
Juros sobre empréstimos a pagar	(56.064)	32.051
Tributos a pagar	(219.211)	36.578
Provisões para contingências	(211.366)	58.894
Outros passivos circulantes e não circulantes	50.333	8.839
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.089.391	1.469.799
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.102.422)	(1.546.065)
Adições ao ativo diferido	(1.510)	(580)
Aplicações financeiras dadas em garantia	145.523	(166.395)
Outros investimentos	(3)	(8.771)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	50.048	3.655
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.908.364)	(1.718.156)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.200.702	3.592.689
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.962.043)	(2.999.002)
Pagamento de contratos a termo e de swaps	(640.470)	(657.993)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(63.167)	(76.854)
Caixa proveniente de grupamento de ações	6.580	64.344
Aumento de capital social	-	8
Prêmio pago na aquisição de ações fracionárias	-	8
Incorporação de minoritários	(2.681)	-
Efeito nas disponibilidades - Incorporação de empresas	826.297	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(634.782)	(76.750)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES DISPONÍVEIS:	546.245	(325.107)
Saldo inicial	855.751	1.180.858
Saldo final	<u>1.401.996</u>	<u>855.751</u>
	<u>546.245</u>	<u>(325.107)</u>
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA		
Imposto de renda e contribuição social pagos	154.509	406.567
Juros pagos	453.229	447.694
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA		
Doações	19.254	9.159
Constituição da provisão de reserva	52.412	-
Ativos líquidos incorporados, líquidos de efeito de caixa	3.761.352	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	22.728	-
Baixa de reservas	241.682	-
Dividendos propostos	16.808	-
Incentivos fiscais	24.162	7.887
Transferência de ágio	259.069	133.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado em outra forma)

As autorizações concedidas são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento de taxas equivalentes a aproximadamente, 1% do faturamento anual. A Vivo – RJ e a Vivo – DF tiveram suas autorizações prorrogadas pelos atos nº 54.324, de 28 de novembro de 2005 e nº 66.664, de 8 de setembro de 2006, respectivamente. Os negócios da controlada, incluindo os serviços que podem prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade reguladora dos serviços de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das origens e aplicações de recursos e fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 não contemplam os efeitos das incorporações discutidas na nota 1 e, conseqüentemente, não são comparáveis com as respectivas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

Para melhor entendimento e comparação estamos divulgando na nota 34 a demonstração do resultado consolidado “combinada”, pressupondo-se que as operações das empresas “TSD”, “TLE” e “CRTPart” já tivessem sido incorporadas pela Sociedade e a “TCO” já tivesse sido convertida em subsidiária integral da Sociedade desde 1º de janeiro de 2005.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

A conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, é como segue:

	2006	2005
Lucro líquido (prejuízo) da controladora	70.773	(892.200)
Incentivos fiscais nas controladas	(24.162)	(7.887)
Doações das controladas	(19.254)	(9.147)
Doações das controladas indiretas	-	(12)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	(11.010)	-
Lucro líquido (prejuízo) consolidado	<u>16.347</u>	<u>(909.246)</u>

Em atendimento à Deliberação nº 489/05, da CVM, a partir de 2006 os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos. Visando proporcionar a melhor comparação entre os dados apresentados, foi promovida idêntica reclassificação dos saldos pertencentes ao exercício de 2005. Ainda no que se refere à forma de apresentação, as presentes demonstrações financeiras passam a contemplar os requisitos determinados pela Deliberação da CVM, nº 488/05, a qual exige reclassificações de saldos pertencentes ao exercício anterior, em que destacamos, mais notadamente, a segregação dos ativos nos grupos circulante e não circulante.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa, bancos e aplicações financeiras**

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo, exceto dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) **Contas a receber**

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios.

c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d) **Conversão das transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e) **Estoques**

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela controlada em um período razoável de tempo.

f) **Despesas antecipadas**

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g) **Outros ativos**

Incluem os subsídios praticados nas vendas de terminais aos agentes credenciados os quais são diferidos, sendo reconhecidos no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
ORIGENS DOS RECURSOS:				
Das operações (Vide a seguir)	-	-	2.020.747	971.625
De acionistas:				
Aumento de capital	-	58	-	58
Reservas	-	8	-	8
De terceiros:				
Empréstimos e financiamentos	67.686	1.384.038	1.217.420	2.288.542
Juros sobre capital próprio e dividendos prescritos	11.718	-	22.728	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	1.968.398	99.824	-	-
Aumento do passivo não circulante	-	-	166.478	-
Aumento de capital - minoritários	-	2.904	-	-
Redução de investimento	631.800	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	24.162	-
Redução de tributos diferidos e a recuperar	-	-	-	66.017
Redução no ativo não circulante	-	3.103	-	21.506
Transferência do ativo do imobilizado para o circulante	-	-	-	5.276
Transferência do ativo não circulante para o circulante	2.755	-	283.936	307.348
Transferência de derivativos para o ativo circulante	-	-	10.180	311.395
Total das Origens	2.682.357	1.489.935	3.745.651	3.971.775
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:				
Das operações (Vide a seguir)	290.056	664.906	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	-	2.102.422	1.546.065
Adições ao ativo diferido	-	-	1.510	580
Adições ao investimento	318.570	-	3	8.771
Baixa de reserva especial de ágio	52.412	-	52.412	-
Aquisição de interesses minoritários	2.681	-	2.681	-
Ágio pago na aquisição de subsidiárias	-	-	-	12.100
Aumento do ativo não circulante	1.893	2.708	27.886	34.536
Redução no passivo não circulante	-	-	-	20.539
Transferência do passivo não circulante para o circulante	254	-	306.477	122
Transferência de empréstimos, financiamentos e derivativos para o circulante	724.790	694.027	2.590.561	738.210
Transferência do ativo circulante para o não circulante	-	16.679	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	16.808	-	16.808	-
Dividendos propostos acionistas minoritários	-	-	-	46.345
Perda na subscrição de ações de minoritários	-	-	-	7.214
Total das aplicações	1.407.464	1.378.320	5.100.760	2.414.482
Efeito no CCL - incorporação de empresas	60.945	-	1.050.802	-
Aumento (redução) do capital circulante líquido	1.335.838	111.615	(304.307)	1.557.293

Representado por:				
Ativo circulante				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado em outra forma)

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) **Prejuízo fiscal e base negativa**: serão compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios.
b) **Crédito fiscal incorporado**: representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 29). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio em sua controlada, cujo prazo é entre 5 e 10 anos. Estudos de consultores externos utilizados nos processos de reestruturação societária suportam a recuperação do valor nestes prazos.

c) **Diferenças temporárias**: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques.

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em 2006, como definido pela Instrução CVM nº 371.

O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:

Exercício:

2007	878.397
2008	336.512
2009	376.517
2010	332.692
2011	402.539
2012 em diante	483.158
Total	2.809.815

Consolidado

31.12.06	31.12.05
2007	878.397
2008	336.512
2009	376.517
2010	332.692
2011	402.539
2012 em diante	483.158
Total	2.809.815

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Taxa FISTEL	-	-	47.277	80.556
Aluguéis	-	-	17.007	9.840
Propagandas a distribuir	-	-	114.927	101.826
Encargos financeiros	3.337	4.144	3.847	4.670
Incentivos comerciais	-	-	1.780	3.521
Outros	-	-	18.348	11.893
Total	<u>3.337</u>	<u>4.144</u>	<u>203.186</u>	<u>212.306</u>
Circulante	807	807	181.872	187.276
Não circulante	2.530	3.337	21.314	25.030

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Depósitos judiciais	62	-	85.716	25.356
Adiantamentos a empregados	80	73	7.483	4.161
Créditos com fornecedores	-	-	3.338	16.911
Créditos com empresas do grupo	2.102	16.166	4.167	34.588
Subsídio na venda de terminais	-	-	37.335	22.461
Outros ativos	785	412	6.117	5.116
Total	<u>3.029</u>	<u>16.651</u>	<u>144.156</u>	<u>108.593</u>
Circulante	590	14.706	122.537	90.158
Não circulante	2.439	1.945	21.619	18.435

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controlada

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade é controladora integral da Vivo S.A.

b) Quantidade de ações

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade detém 3.810.478 ações ordinárias da Vivo S.A.

c) Informações das controladas

	Patrimônio Líquido em		Lucro Líquido (Prejuízo) em	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Telesp Celular S.A.	-	3.052.193	-	130.853
Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.	-	2.812.921	-	339.146
Vivo S.A. (anteriormente Global Telecom S.A.)	8.464.186	844.201	863.602	(270.635)

d) Composição e movimentação

O saldo de investimentos da controladora inclui a participação no patrimônio das controladas, ágios, adiantamentos para futuro aumento de capital e provisão para perdas em investimentos, bem como outros investimentos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Investimentos em controladas	7.358.367	4.371.626	-	-
Ágio na aquisição de investimentos, líquido	1.290.512	1.869.387	1.290.512	1.930.642
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.105.819	1.279.500	-	-
Provisão para perdas em investimentos (a)	(311.467)	(380.541)	(311.467)	(380.541)
Outros investimentos	104	104	113	110
Saldo do investimento	<u>9.443.335</u>	<u>7.140.076</u>	<u>979.158</u>	<u>1.550.211</u>

(a) Provisões constituídas em 31 de dezembro de 2001 e de 2002, para reconhecer perdas permanentes com ágio, em função dos prejuízos acumulados pela controlada Global Telecom naquelas datas.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL, LÍQUIDO

11.a) Imobilizado, líquido

	Taxas anuais de depreciação		Consolidado	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	6.984.962	(4.982.936)	2.002.026
Equipamentos de comutação	10,00 a 20,00	3.461.217	(2.029.699)	1.431.518
Infra-estrutura	2,87 a 20,00	2.331.045	(1.169.751)	1.161.294
Terrenos	-	59.929	-	59.929
Prédios	2,86 a 4,00	278.375	(63.475)	214.900
Equipamentos terminais	66,67	1.397.235	(1.104.291)	292.944
Outros ativos	6,67 a 20,00	1.318.245	(772.535)	545.710
Bens e instalações em andamento	-	737.158	-	737.158
Total		<u>16.568.166</u>	<u>(10.122.687)</u>	<u>6.445.479</u>

11.b) Intangível, líquido

	Taxas anuais de depreciação		Consolidado	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Direito de uso de software	20,00	2.818.853	(1.683.827)	1.135.026
Licença de concessão	6,67 a 20,00	976.503	(561.809)	414.694
Outros ativos	6,67 a 20,00	35.592	(23.233)	12.359
Bens e instalações em andamento	-	80.604	-	80.604
Total		<u>3.911.552</u>	<u>(2.268.869)</u>	<u>1.642.683</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a controlada capitalizou despesas financeiras incorridas sobre empréstimos que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$1.604.

Em 31 de dezembro de 2006, a controlada possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$108.118, conforme demonstrado a seguir:

Tributário	97.034
Trabalhista e cível	11.084
Total	108.118

Em dezembro de 2006, a controlada passou a oferecer a seus clientes serviços baseados na tecnologia “Global System for Mobile – GSM”. A Administração entende que a adoção do GSM não impactará a recuperação dos valores anteriormente investidos nas demais tecnologias de sua rede (TDMA e CDMA).

12. DIFERIDO

	Taxas anuais de amortização %		Consolidado	
		31.12.06	31.12.05	
Despesas pré-operacionais:				
Amortização da licença	10	80.496	80.496	
Despesas financeiras	10	201.131	201.131	
Despesas gerais e administrativas	10	69.960	69.960	
		351.587	351.587	
Ágio – Ceterp Celular S.A.	10	84.265	84.265	
Fundo de comércio	(a)	24.794	16.231	
		460.646	452.083	

Amortização acumulada:				
Pré-operacionais		(256.883)	(221.012)	
Ágio – Ceterp Celular S.A.		(51.261)	(42.834)	
Fundo de comércio		(18.245)	(10.937)	
		(326.389)	(274.783)	
Total		134.257	177.300	

(a) De acordo com os prazos contratuais.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Fornecedores	1.659	24.803	1.936.194	1.094.558
Interconexão / interligação	-	-	176.938	102.668
Valores a repassar SMP (a)	-	-	389.471	283.126
Assistência técnica (nota 30)	-	-	84.252	19.020
Outros	111	131	40.158	36.905
Total	<u>1.770</u>	<u>24.934</u>	<u>2.627.013</u>	<u>1.536.277</u>

(a) Valores a repassar SMP referem-se às chamadas VC2, VC3 e deslocamento faturados aos nossos clientes e repassados às operadoras de longa distância.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Tributos Correntes:				
ICMS	-	-	493.796	416.507
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.319	33.218
PIS e COFINS	12	7.474	71.133	68.853
FISTEL	-	-	3.420	13.930
FUST e FUNTEL	-	-	7.496	4.460
Outros impostos, taxas e contribuições	1.282	216	11.252	7.611
Total	1.294	7.690	589.416	544.579

Obrigações Legais:

Imposto de renda	-	-	1.887	-
PIS e COFINS	-	66.946	56.108	126.275
CIDE	8	-	17.600	5.348
Outros impostos, taxas e contribuições	-	-	1.168	-
Total	8	66.946	76.763	131.623
Total	<u>1.302</u>	<u>74.636</u>	<u>666.179</u>	<u>676.202</u>
Circulante	1.302	74.636	453.710	506.624
Não circulante	-	-	212.469	169.578

Tributos Correntes:

Da parcela do longo prazo, R\$151.131 referem-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo a postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorre sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado.

Obrigações Legais - Deliberação CVM 489/05

Demonstramos a seguir os tributos que se enquadram na Deliberação 489 de 03 de outubro de 2005, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que aprovou o pronunciamento do IBRAON NPC nº22.

Para efeito das demonstrações financeiras, os montantes de depósitos judiciais dos referidos tributos, quando havia, foram compensados com os impostos, taxas e contribuições a pagar.

a) PIS e COFINS

A Vivo S.A. (SP), foi autuada (processo nº. 19515.000.700/2003-97) por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$24.671 em 31 de dezembro de 2006, tendo efetuado depósito judicial no mesmo valor.

Lei nº 9.718/98

Em 27 de novembro de 1998, o cálculo do PIS e COFINS foi alterado pela Lei nº. 9.718, a qual: i) aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3%; ii) autorizou a dedução de até 1/3 do montante da COFINS do montante da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e também; iii) aumentou indiretamente a COFINS e o PIS devidos pela subsidiária, determinando a inclusão das receitas excedentes ao faturamento em suas bases de cálculo.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09 de novembro de 2005, firmou posicionamento acerca da inconstitucionalidade das modificações na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98, objeto de inúmeras ações judiciais propostas por contribuintes em geral e pela controladora e sua controlada.

Na apreciação dos Recursos Extraordinários nºs 357.950, 390.840, 358.273 e 346.084, foi declarada a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da referida Lei, que havia determinado que essas contribuições incidiriam não apenas sobre o faturamento, mas sobre “a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas”.

Por força das alterações introduzidas pelas leis nº. 10.637/02 e 10.833/03, a controlada passou a incluir as receitas excedentes ao faturamento nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$58.511 em 31 de dezembro de 2006, tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$2.403.

b) CIDE

Trata-se de questionamento visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc.

Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$55.466, tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$37.866.

continua

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Aplicações financeiras	1.364.713	904.153

As aplicações financeiras referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”), com liquidez imediata.

Em 31 de dezembro de 2006, a controlada possuía aplicações financeiras dadas em garantia de processos judiciais no montante de R\$45.644 (R\$166.395 em 31 de dezembro de 2005).

Parte do saldo de aplicações financeiras é dado como garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 15e).

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Valores a receber de serviços a faturar	320.281	247.379
Valores a receber de serviços faturados	1.038.397	990.412
Valores a receber de interconexão	674.311	541.525
Valores a receber de mercadorias vendidas	281.563	245.492
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(353.306)	(249.399)
Total	<u>1.961.246</u>	<u>1.775.409</u>

Não há clientes que representam mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, exceto pelos montantes a receber da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP e da Brasil Telecom S.A. – BrT, que representam aproximadamente 11% e 13%, respectivamente, das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo de contas a receber inclui R\$545.864 (R\$349.612 em 2005) referentes a “co-billing” com outras operadoras cujos valores foram determinados com base em termos de compromisso, uma vez que os contratos ainda não foram assinados pelas partes. A solução de pendências para a assinatura desses contratos, como a definição de responsabilidade pela inadimplência e perdas relacionadas a fraude, depende da definição do regulador e acordo entre as partes.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
Saldo no início do ano	249.399	144.621
Complemento de provisão	720.496	514.756
Baixas e recuperações	(723.931)	(409.978)
Acervo incorporado	107.342	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>353.306</u>	<u>249.399</u>

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Aparelhos celulares	320.162	298.573
Accessórios e outros	6.002	5.273
(-) Provisão para obsolescência	(44.144)	(45.091)
Total	<u>282.020</u>	<u>258.755</u>

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Contribuição social e imposto de renda antecipados	445.926	344.296	602.503	433.496
Imposto de renda retido na fonte	2.017	1.690	28.145	78.389
ICMS a recuperar	-	-	431.436	227.712
PIS e COFINS a recuperar	28.529	37.021	307.580	167.371
Outros a recuperar	242	-	59.928	3.126
Total de impostos a recuperar	476.714	383.007	1.429.592	910.094



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta (anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícius findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado em outra forma)

A composição dos saldos das provisões é como segue:

	Consolidado			31.12.05
	31.12.06			
	Provisões	(-) Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Telebrás	-	-	-	147.856
Trabalhistas	55.550	(14.410)	41.140	14.985
Cíveis	143.587	(41.046)	102.541	34.832
Tributárias	2.942	-	2.942	15.111
Total	<u>202.079</u>	<u>(55.456)</u>	<u>146.623</u>	<u>212.784</u>
Circulante			61.911	41.266
Não circulante			84.712	171.518

	2006
	Consolidado
Saldo no início do ano	212.784
Constituição de provisões, líquida de reversões	109.550
Varição monetária	8.837
Pagamentos	(220.434)
Acervo incorporado	78.064
Aumento de depósitos judiciais	(42.178)
Saldo em 31 de dezembro	<u>146.623</u>

16.1. Processos Tributários			
16.1.1. Perda Provável			
a) ICMS			
A Vivo S.A. (ES), com base na opinião de seus advogados, provisionou o montante de R\$587 em 31 de dezembro de 2006 referente a autuações fiscais de ICMS lavradas em 2002, que se encontram em discussão na esfera administrativa.			
b) Outros			
A Administração da Sociedade provisionou R\$2.355 referente a diversos processos tributários consubstanciada na opinião de seus advogados externos.			
16.1.2. Perda Possível			
Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.			
a) ICMS			
A Vivo S.A. (DF, AC, MS, MT, GO, RR e AM), receberam autuações fiscais que totalizam R\$77.186, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação; ii) ICMS sobre chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior; iii) falta de estorno proporcional de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado utilizado na prestação de serviços de comunicação e/ou nas saídas de mercadorias isentas ou não tributadas; iv) ICMS sobre prestação não-onerosa de serviços de telecomunicações, caracterizada pela doação de créditos para serem consumidos no plano de serviço pré-pago; v) não-inclusão na base de cálculo do ICMS da multa e dos juros de mora cobrados de clientes inadimplentes; e vi) outros descumprimentos de obrigações acessórias e vii) outros relacionados com a comercialização de mercadorias.			
A Vivo S.A. (PR), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$1.336 cujo principal objeto é o recolhimento do ICMS fora do prazo.			
A Vivo S.A. (BA), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$35.953, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) recolhimento do ICMS fora do prazo no período compreendido entre fevereiro e março de 1998; iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”; v) falta de estorno do crédito do ICMS relativo a longa distância e call center e vi) ICMS sobre habilitação.			
A Vivo S.A. (SE), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$18.628, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) ICMS sobre a saída de mercadorias a título de consignação e iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”.			
A Vivo S.A. (ES), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$7.926, cujos principais objetos são: i) crédito indevido de ICMS e ii) obrigações acessórias em relação a escrituração de notas fiscais.			
A Vivo S.A. (RJ), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$77.615, cujos principais objetos são: i) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”; ii) ICMS sobre habilitação; iii) ICMS sobre chamadas originadas de terminais administrativos e testes; iv) ICMS incidente sobre os serviços prestados a outras operadoras de telecomunicações à determinados clientes não beneficiários de isenção; v) ICMS sobre chamadas internacionais; vi) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado e vii) ICMS sobre prestação não onerosa de serviço de telecomunicação.			
A Vivo S.A. (RS), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$86.421, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre chamadas internacionais, ii) recolhimento do ICMS fora do prazo e iii) ICMS sobre energia elétrica.			
A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$65.874, cujos principais objetos são: i) créditos indevidos de ICMS e ii) crédito indevido referente ao lançamento de valores a título de créditos extemporâneos.			

b) PIS e COFINS

b.1) Majoração da Base de Cálculo

A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações (processos nº. 19515.000701/2003-28 e 19515.000699/2003-97) no montante de R\$2.526, em razão da majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS. As referidas autuações estão sendo questionadas na esfera administrativa.

b.2) Operações de derivativos

A Vivo S.A. (BA), recebeu autuação de COFINS no valor de R\$8.416, referente a deduções relativas a perdas incorridas com operações de derivativos na apuração da base de cálculo desta contribuição.

c) ISS

c.1) ISS sobre Tarifa de Uso da Rede Móvel

Por entender que a cessão de uso de redes de telecomunicações configura serviço de comunicação sujeito à incidência do ICMS, e não locação de bens móveis, a Vivo S.A. (BA) e a Vivo S.A. (RS), foram autuados por seus respectivos Municípios que exigem o pagamento do ISS sobre a tarifa de uso da rede móvel (TUM). O valor envolvido é de R\$102.614.

d) IRPJ

A Sociedade assumiu as autuações recebidas por sua incorporada “TLE” no valor de R\$5.438, incidente sobre o recolhimento a menor, em decorrência de excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES, conforme apurado em procedimento de auditoria de Revisão de Declaração – excesso de aplicação em incentivos fiscais.

e) IRPJ, IRRF e CSLL

A Vivo S.A. (RJ), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$210.449, cujos objetos são: i) aproveitamento de parte da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurada no ano 1997 pela sociedade que lhe dera origem por meio de cisão parcial; ii) suposto recolhimento a menor de IRPJ e CSLL pelo fato de a fiscalização não ter reconhecido como dedutíveis determinadas despesas; iii) alegado recolhimento insuficiente de IRRF em remessas feitas para o exterior e iv) ajustes das bases de cálculo do IRPJ e CSLL decorrentes da redução do prejuízo fiscal declarado pela empresa.

f) FUST

A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), através da Súmula nº 7, de 15/12/2005, manifestou entendimento que: (i) “Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas a serem repassadas a prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes; (ii) Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas recebidas de prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes”.

Considerando que a segunda parte da Súmula não está de acordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, a controlada impetrou mandado de segurança questionando a legalidade de tal exigência, tendo a mesma obtido decisão liminar suspendendo sua exigibilidade.

g) FISTEL

A Vivo S.A. (RJ) e a Vivo S.A. (DF), detém duas autorizações, outorgadas pelo Poder Público por meio do Termo de Autorização do SMP nº 013/2002: uma para explorar o Serviço Móvel Pessoal, por tempo indeterminado; e outra para fazer uso da radiofrequência em caráter primário, pelo tempo remanescente da primeira licença, prorrogável por mais quinze anos.

Na Vivo S.A. (RJ) e na Vivo S.A. (DF), as licenças venceram para o período remanescente (de 15 anos) para uso das radiofrequências necessárias à prestação do Serviço Móvel Pessoal, motivo pelo qual os trâmites necessários à sua prorrogação foram iniciados. Ocorre que, por outro documento de licença com a data de emissão adequada à sua prorrogação (direito já reconhecido e outorgado pelo Ato nº 54.324, de 28 de novembro de 2005), as empresas se depaeraram com a exigência, em seu entender indevido, de recolher nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) para todas as suas estações (móveis e fixas) e radioenlaces.

A exigência da TFI, no valor de R\$134.924 para a Vivo S.A. (RJ) e no valor de R\$33.144 para a Vivo S.A. (DF), resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o art. 9º, III da Resolução nº 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Esta interpretação do dispositivo regulamentar, contudo, não nos parece correta, motivo pelo qual a mesma é objeto de impugnação administrativa.

h) AMORTIZAÇÃO DO ÁGIO DA VIVO S.A. (RS)

A Vivo S.A. (RS), foi autuada relativamente à cobrança de supostos débitos de IRPJ e de CSLL no valor de R\$270.080, referente à amortização supostamente indevida do ágio apurado na aquisição das participações da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) nos anos calendários de 1997 e 1998.

16.2. **Processos Cíveis e Trabalhistas**

16.2.1 **Perda Provável**

Incluem diversas demandas cíveis e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

16.2.2 **Perda Possível**

Em relação às demandas cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, o valor envolvido é de R\$299.147 para as demandas cíveis e de R\$93.053 para as demandas trabalhistas, sendo:

	31.12.06	
	Cíveis	Trabalhistas
Vivo Participações S.A.	1.081	66
Vivo S.A.–RS	66.799	7.812
Vivo S.A.–RJ	62.771	23.257
Vivo S.A.–ES	9.152	1.731
Vivo S.A.–BA	13.622	2.655
Vivo S.A.–SE	3.840	93
Vivo S.A.–SP	77.178	29.949
Vivo S.A.–PR e SC	18.257	7.345
Vivo S.A.–DF, GO, TO, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP, PA e MA	46.447	20.145
Total	<u>299.147</u>	<u>93.053</u>

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Serviços a prestar pré-pago	-	-	177.917	121.865
Provisão programa de fidelização (a)	-	-	65.004	21.311
Obrigações com empresas do grupo	619	164	2.099	6.007
Provisão para fundo de pensão	-	-	17.447	483
Grupamento de ações (b)	76.071	22.513	117.945	64.344
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	129.907	43.487
Outras	-	97	9.084	1.874
Total	<u>76.690</u>	<u>22.774</u>	<u>519.403</u>	<u>259.371</u>
Circulante	76.690	22.774	386.422	215.285
Não circulante	-	-	132.981	44.086

(a) A controlada possui programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

(b) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Sociedade e de sua controlada.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2006, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade mediante absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$3.147.782. Na mesma assembléia foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$1.068.839 em função da incorporação de ações da “TCO”, e no montante de R\$1.562.298, decorrente da incorporação da “TSD”, “TLE” e “CRPart” (vide nota 1). O Capital Social passou de R\$6.670.152 para R\$6.153.507 representado por 1.426.412.217 ações, sendo 509.226.137 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, incluindo neste total 4.494.900 ações preferenciais em tesouraria.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 08 de junho de 2006, foi homologado o aumento de capital social no montante de R\$194.277, sendo R\$193.837 decorrente da capitalização da parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício fiscal gerado no exercício de 2005, em decorrência de processos de reestruturasções societárias, envolvendo a Sociedade e suas incorporadas, controladas e controladoras e R\$440 correspondentes a saldos remanescentes de exercícius anteriores. O capital social da Sociedade passou de R\$6.153.507 para R\$6.347.784 representado por 1.442.117.745 ações, sendo 524.931.665 ações ordinárias e 917.186.080 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 é composto por ações sem valor nominal como segue:

	Lote de mil ações	
	31.12.06	31.12.05
Ações ordinárias	524.932	250.458
Ações preferenciais	917.186	411.867
Total	<u>1.442.118</u>	<u>662.325</u>

b) **Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., com prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, equivalente ao maior entre:

b.1) 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital suscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou;
b.2) 3% (três por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações da Sociedade, bem como direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido para as ações preferenciais.

Desde a Assembléia Geral Ordinária de 27 de março de 2004, as ações preferenciais passaram a deter direito de voto pleno, por não terem sido pagos dividendos mínimos das ações preferenciais por três anos consecutivos, de acordo com o Artigo 111, em seu parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

Os dividendos devidos foram calculados como segue:

	31.12.06
Lucro líquido do exercício	70.773
Apropriação à reserva legal	(3.539)
Lucro líquido ajustado	67.234
Dividendos	16.808
Número de ações preferenciais, excluindo ações em tesouraria	912.691.180
Dividendos propostos por ação (em reais)	0,018416532

c) **Reserva Especial de Ágio**

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio, como resultado da reestruturação societária da Sociedade, a qual será capitalizada em favor do acionista controlador, quando da efetiva realização do benefício fiscal.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Assinatura	462.557	173.795
Utilização	6.668.850	4.294.935
Adicional de chamadas	112.460	161.572
Interconexão	4.338.094	2.960.179
Serviços de dados	880.844	501.135
Outros serviços	249.223	177.746
Receita bruta de serviços	<u>12.712.028</u>	<u>8.269.362</u>
ICMS	(2.240.008)	(1.352.615)
PIS e COFINS	(457.026)	(297.095)
ISS	(3.124)	(2.695)
Descontos concedidos	(451.657)	(256.004)
Receita operacional líquida de serviços	<u>9.560.213</u>	<u>6.360.953</u>
Receita bruta de aparelhos celulares e acessórios	2.742.645	1.985.514
ICMS	(230.197)	(161.009)
PIS e COFINS	(163.769)	(129.768)
Descontos concedidos	(832.193)	(496.043)
Devolução de vendas	(139.985)	(86.581)
Receita operacional líquida da venda de aparelhos celulares e acessórios	<u>1.376.501</u>	<u>1.112.113</u>
Total da receita operacional líquida	<u>10.936.714</u>	<u>7.473.066</u>

Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta durante o exercício de 2006 e de 2005, exceto quanto a Telecomunicações de São Paulo S.A. –TELESP, operadora de telefonia fixa no Estado de São Paulo, que contribuiu com aproximadamente 10,5% e 15%, respectivamente, e a Brasil Telecom S.A. – BRT, operadora de telefonia fixa, que contribuiu com aproximadamente 18% durante o exercício de 2005. Os montantes envolvidos referem-se, principalmente, à interconexão.

20. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Pessoal	(88.709)	(63.242)
Materiais	(11,592)	(7.447)
Serviços de terceiros	(369.953)	(198.598)
Meios de conexão	(222.542)	(133.984)
Aluguéis, seguros e condomínios	(206.788)	(96.981)
Interconexão	(784,992)	(158.673)
Impostos, taxas e contribuições	(517.490)	(334.176)
Depreciação e amortização	(1.327.454)	(776.397)
Outros insumos	(136.338)	(56.070)
Custo dos serviços prestados	(3.665.858)	(1.825.568)
Custo das mercadorias vendidas	(1.898.310)	(1.587.028)
Total	<u>(5.564.168)</u>	<u>(3.412.596)</u>

continua

c) IRPJ sobre derivativos

A Vivo S.A. (RS), ingressou com ação (99.0003309-4) visando discutir a incidência do IRPJ sobre operações com derivativos. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$1.887 em 31 de dezembro de 2006.

d) ISS

A Vivo S.A. (PR), ingressou com ação anulatória (443/2006) visando anular o ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis, atividades-meio e serviços suplementares. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$226 em 31 de dezembro de 2006.

A Vivo S.A. (ES), foi autuada (918/2005) relativamente ao ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis, atividades-meio e serviços suplementares. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$97 em 31 de dezembro de 2006.

e) INSS

A Vivo S.A. (AM, RR, AP, PA e MA), foi autuada (Al 35.365.561-9 e 2005.3900007327-6) pelo INSS. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$845 em 31 de dezembro de 2006. Abaixo demonstramos a movimentação das obrigações legais em atendimento à Deliberação CVM 489/05

	Fiscais	(-) Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31.12.05	180.773	(49.150)	131.623
Ingressos	8.631	(5.397)	3.234
Reversões	(138.410)	-	(138.410)
Atualizações monetárias	14.760	-	14.760
Incorporação de empresas	75.949	(10.393)	65.556
Saldo em 31.12.06	<u>141.703</u>	<u>(64.940)</u>	<u>76.763</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Composição da dívida**

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Instituições Financeiras:							
Resolução 2770	US\$	4% a.a. a 6,24% a.a.	05/02/07 a 10/10/08	77.553	1.173.390	928.388	1.940.082
Resolução 2770	¥	0% a 4,3752% a.a.	08/02/07 a 03/10/08	-	204.537	771.695	352.575
Resolução 2770	R\$	IGP-M + 9,45% a.a.	09/02/10	-	110.441	111.666	115.264
Debêntures	R\$	103,3% CDI a 104,4% CDI	01/08/08 a 01/05/15	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Banco Europeu de Investimento - BEI	US\$	1,4% a.a. + Libor	14/09/07	-	-	240.482	-
Comprar	US\$	1,45%a.a. + Libor	a 13/06/08	-	-	-	-
		4,5% a 5,8% a.a.	31/07/07 a 17/09/08	-	-	33.456	168.749
Comprar	¥	0% a.a. a 2,7783% a.a.	22/01/07 a 16/09/08	-	-	131.133	91.875
BNDES	URTJLP	TJLP + 3,5% a.a. a 4,6%a.a. (a)	15/01/07 a 15/06/11	-	-	163.795	267.714
BNDES	UMBNDES	3,5% a.a. a 4,6% a.a.	15/01/07 a 15/07/11	-	-	28.075	48.327
Commercial Paper	US\$	Libor + 1,75% a.a. a 6,30%a.a.	29/07/07 a 28/12/07	-	-	448.980	491.547

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta
(anteriormente Telesp Celular Participações S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado em outra forma)

A Sociedade e sua controlada exercem uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que estão sujeitas, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. Em 31 de dezembro de 2006 sua controlada tem 81% das suas bases de clientes na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de “credit scoring”, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da SAP.

A Sociedade e sua controlada também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de “swap”. A Sociedade e sua controlada atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

A Sociedade e sua controlada estão expostas ao risco das taxas subirem, especialmente a composta de juros associados ao custo dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, em função da parte passiva das operações com derivativos (“Hedge” Cambial) e por empréstimos contratados em reais. Como forma de minimizar esta exposição, a Sociedade contratou operações de “swap” em reais de CDI para taxas fixas de juros no valor referencial total de R\$1.864 milhões. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, também neutraliza parcialmente este efeito.

Além disso, a Sociedade e sua controlada também estão expostas ao risco de oscilação da TJLP, em função dos empréstimos contratados junto ao BNDDES. Em 31 de dezembro de 2006, estas operações somavam o principal de R\$163.795. A Sociedade e sua controlada não têm contratado operações de derivativos para cobertura do risco da TJLP.

Os empréstimos contratados em moeda estrangeira apresentam, igualmente, risco das taxas de juros (libor), associadas aos empréstimos externos subirem. Estas operações somavam US\$232.480 mil em 31 de dezembro de 2006, de principal.

Do total de empréstimos e financiamentos associados a taxas de juros externas variáveis (Libor), US\$232.480 mil (principal) têm proteção contra variações na taxa de juros (Libor) através de derivativos (“swap” de taxa de juros).

Risco de Taxas de Câmbio

A Sociedade e sua controlada têm contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos e outras obrigações em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de “swap” e “forward”.

O quadro abaixo resume a exposição líquida da Sociedade e sua controlada ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2006:

	Em milhares de		
	US\$	€	¥
Empréstimos e financiamentos	(799.470)	-	(50.892.759)
Empréstimos e financiamentos – UMBNDES (a)	(13.191)	-	-
Instrumentos derivativos	837.703	1.871	50.892.759
Outras obrigações	(29.272)	(5.982)	-
Total (insuficiência de cobertura)	<u>(4.230)</u>	<u>(4.111)</u>	<u>-</u>

(a) A UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelo BNDDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, sendo a principal moeda o dólar norte-americano, razão pela qual a Sociedade e sua controlada a consideram na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio.

Operações com Derivativos

A Sociedade e sua controlada registram os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como receitas ou despesas financeiras líquidas.

O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor contábil	Valor de mercado	Perda não realizada
Empréstimos e financiamentos	(4.500.393)	(4.514.980)	(14.587)
Instrumentos derivativos	(500.514)	(495.950)	4.564
Outras obrigações	(79.429)	(79.429)	-
Total	<u>(5.080.336)</u>	<u>(5.090.359)</u>	<u>(10.023)</u>

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de swaps, foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias. Assim, as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

28. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade e sua controlada, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, como segue:

a) **PBS-A:** plano de benefício definido, multipatrocinado, destinado aos participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000.

b) **PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular:** planos de benefícios definidos de aposentadoria patrocinados individualmente pela Sociedade.

As contribuições para os planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pelas patrocinadoras é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio dos planos PBS e 1,5% ao plano PAMA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$24.

c) **PAMA:** plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

d) **Plano TCP Prev e TCO Prev:** planos individuais de contribuição definida e contribuição variável, respectivamente, instituídos pela SISTEL em agosto de 2000. A Sociedade arca com os riscos de morte e invalidez dos participantes em ambos os planos, sendo que no plano TCO Prev alguns participantes oriundos do plano PBS-TCO fazem jus a benefícios vitalícios de aposentadoria (benefício saldaado), além dos benefícios de contribuição definida. As contribuições da Sociedade aos planos TCP Prev e TCO Prev são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$1.446.

Através da ação ordinária nº 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Seguridade Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefônica e a Telesp Celular, são formulados diversos pleitos, resumidos a seguir: i) que a Sistel seja proibida de cobrar dos aposentados e demais inscritos quaisquer contribuições referentes ao PAMA – Plano de Assistência Médica aos Aposentados, cabendo aos mesmos o pagamento apenas de “uma participação módica nas utilizações realizadas”, participação esta limitada a 1% da remuneração mensal do assistido; ii) que a Sistel reinscreva no PAMA, sem quaisquer restrições, os aposentados e assistidos que estão com suas inscrições suspensas por inadimplência, bem como aqueles que não suportaram a pressão e pediram o cancelamento da inscrição no PAMA ou aderiram ao PCE (Plano de Coberturas Especiais), se quiserem, também sem qualquer restrição; iii) que a Sistel reavalie as necessidades econômicas do PAMA, inclusive dos valores das contribuições mensais das patrocinadoras Telefônica e Telesp Celular; iv) que a contribuição das patrocinadoras seja calculada com base na folha de todos os seus empregados, conforme anterior disposição estatutária, e não pelo percentual sobre a folha dos participantes ativos do PBS; v) que a Sistel reestabeleça o credenciamento de todos os hospitais, clínicas e laboratórios descredenciados; vi) que seja procedida uma revisão da distribuição contábil do patrimônio, de sorte a atribuir ao PAMA os valores relativos ao fator redutor das suplementações, na forma acima exposta, devendo a Sistel, enquanto a referida revisão não for feita, ficar proibida de qualquer cisão do patrimônio líquido do plano PBS-A ou qualquer outro plano gerido pela Entidade; vii) que a Sistel e as patrocinadoras reponham a “transferência de patrimônio do substrato principal destinado à garantia do PBS-2 e PAMA, portadas ilegalmente para o Plano Visão Telesp e Visão Prev da Telesp Celular”; viii) concessão de tutela antecipada quanto aos itens “i”, “ii” e “v”.

A controlada através da sua assessoria atuarial elaborou estudo considerando os impactos acima descritos, portanto, a alteração no custeio na forma pleiteada pela Ação Ordinária da ASTEL representa um agravamento nas provisões da controlada no montante de R\$1.234.

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2006 a probabilidade de perda foi classificada como possível.

e) **Plano de Benefícios Visão Celular – CRT, Tele Sudeste e Tele Leste:** plano individual de contribuição definida, instituído pela Sistel em agosto de 2000. As contribuições da Sociedade ao plano Visão Celular são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo de 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esse plano foram de R\$790.

f) **Planos de benefícios definidos:** a “CRT” patrocinava planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e o plano de benefícios alternativo), os quais eram administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT.

Em 21 de dezembro de 2001, a “CRT” e a Brasil Telecom S.A., patrocinadoras da FCRT, firmaram Termo de Compromisso visando à desvinculação total entre as patrocinadoras, mediante a retirada da “CRT” como patrocinadora, bem como a garantia de que essa retirada seja realizada estritamente de acordo com a legislação aplicável, respeitando os direitos dos participantes, o qual foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de dezembro de 2003. Muito embora a legislação vigente permita que sejam suspensos os descontos das contribuições de patrocinadoras e de seus participantes, de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, a “CRT” vinha efetuando os recolhimentos, como forma de ressaltar e preservar direitos dos participantes, até a efetiva retirada da “CRT” como patrocinadora da FCRT. Na avaliação atuarial dos planos foi adotada a metodologia para retirada de patrocinadora, determinada conforme Resolução MPAS CFC n.º 06/88. As reservas foram avaliadas individualmente com base na metodologia imposta pela referida Resolução para cada uma das categorias (assistidos e pensionistas, ativos riscos iminentes e ativos riscos não iminentes).

A partir de outubro de 2004, a “CRT” vem efetuando repasses ao Sistel, conforme acordado com a FCRT, do valor previsto como reserva de poupança dos colaboradores ativos da “CRT”, que fizeram a opção de migração do

Plano Alternativo/Fundador da FCRT para o Plano Visão, perfazendo em 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$9.515. Em 31 de dezembro de 2006 do valor provisionado no passivo de R\$14.847 (R\$8.677 em 31 de dezembro de 2005), R\$3.245 refere-se a Reserva de Retirada dos participantes com Termo de Intenção de Migrar para o BrTPrev, e que estão aguardando os processos junto ao INSS para a obtenção de aposentadoria.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº371 sobre tais planos:

Plano	2006	2005
	PAMA	<u>2.509</u>
Total	<u>2.509</u>	<u>1.170</u>

1) Conciliação dos Ativos e Passivos

	2006					
	PAMA	PBS	PBS-A (i)	TCP Prev	TCO Prev	Visão
	(i)	(ii)	(ii)	(ii)	(ii)	(ii)
Total do passivo atuarial	5.401	22.545	24.915	3.632	43.006	5.912
Valor justo dos ativos	(2.892)	(30.304)	(36.858)	(9.094)	(60.095)	(23.128)
Passivo (ativo) líquido	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>

	2005					
	PAMA	PBS	PBS-A (i)	TCP Prev	TCO Prev	Visão
	(i)	(ii)	(i)	(ii)	(ii)	(ii)
Total do passivo atuarial	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Valor justo dos ativos	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Passivo (ativo) líquido	<u>1.170</u>	<u>(5.333)</u>	<u>(6.939)</u>	<u>(2.933)</u>	<u>(14.497)</u>	<u>(8.389)</u>

i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos do plano multipatrocinado – PAMA e PBS-A;

ii) Embora o PBS, PBS-A, TCP Prev, TCO Prev e Visão estejam superavitários em 31 de dezembro de 2006, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit.

2) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
(Ativo) passivo líquido em 31.12.05	1.170	(5.333)	(6.939)	(2.933)	(14.497)	(8.389)
Custo do serviço corrente	111	(1.870)	(5.773)	(2.344)	(450)	(445)
Contribuição da patrocinadora	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
(Ganhos) ou perdas atuariais	1.229	(533)	769	(185)	(696)	(7.592)
(Ativo) passivo líquido em 31.12.06	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>

3) Movimentação do passivo atuarial

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Passivo atuarial em 31.12.05	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Custo do serviço corrente	24	70	-	438	581	908
Juros sobre o passivo atuarial	437	2.359	2.548	319	4.445	570
Benefícios pagos	(236)	(1.683)	(1.888)	-	(1.156)	(57)
(Ganhos) perdas atuariais	1.229	88	769	(185)	(696)	(897)
Passivo atuarial em 31.12.06	<u>5.401</u>	<u>22.545</u>	<u>24.915</u>	<u>3.632</u>	<u>43.006</u>	<u>5.912</u>

4) Movimentação dos ativos dos planos

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.05	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Benefícios pagos	236	1.683	1.888	-	1.156	57
Contribuições da patrocinadora e participantes	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
Rendimentos sobre o plano	(350)	(4.299)	(8.321)	(3.101)	(5.476)	(1.923)
Ganhos (perdas) sobre ativos	-	(621)	-	-	-	(6.695)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.06	<u>(2.892)</u>	<u>(30.304)</u>	<u>(36.858)</u>	<u>(9.094)</u>	<u>(60.095)</u>	<u>(23.128)</u>

5) Despesas previstas para 2007

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Custo do serviço	18	25	-	501	836	941
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	542	2.222	2.455	345	4.338	567
Rendimentos esperado dos ativos	(297)	(3.685)	(4.735)	(1.094)	(6.775)	(2.897)
Contribuição dos empregados	-	(9)	-	-	-	(122)
Total	<u>263</u>	<u>(1.447)</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(248)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(1.511)</u>

6) Premissas atuariais

	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	10,61%	12,75%	13,18%	12,38%	11,29%	12,50%
Taxa de crescimento salarial futuro	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,12%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	AT 83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
segregada por sexo	segregada	segregada	segregada	segregada	segregada	segregada
por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo	por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer	Mercer	Mercer	Mercer	Mercer	Mercer
	Disability	Disability	N/A	Disability	Disability	Disability

29. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Os ágios pagos na privatização da Sociedade e na aquisição de suas subsidiárias foram transferidos pelas sociedades adquirentes às sociedades adquiridas.

Anteriormente às transferências foram constituídas provisões para manutenção do patrimônio líquido da incorporada e, consequentemente, o acervo líquido incorporado representa, em essência o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos ágios incorporados.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade e sua controlada possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos, são como segue:

	Consolidado			
	31.12.06	Provisão	Líquido	31.12.05
Reestruturação	Ágio	Provisão	Líquido	Líquido
TCO - 1ª aquisição	726.507	(479.495)	247.012	351.297
TCO - 2ª aquisição	285.888	(188.686)	97.202	122.256
TC - Privatização	931.215	(614.602)	316.613	425.164
TL – Privatização	123.194	(81.309)	41.885	-
GT – Aquisição	645.376	(425.948)	219.428	-
Total	<u>2.712.180</u>	<u>(1.790.040)</u>	<u>922.140</u>	<u>898.717</u>

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
Resultado:		
Amortização do ágio	(881.048)	(646.492)
Reversão da provisão	590.820	426.684
Crédito fiscal	<u>290.228</u>	<u>219.808</u>
Efeito no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

A medida que os benefícios fiscais sejam efetivamente realizados, o montante será incorporado ao capital em benefício dos acionistas controladores, ficando assegurado aos demais acionistas o direito de preferência. Os recursos decorrentes do exercício de preferência serão pagos aos acionistas controladores.

21. DESPESAS COM VENDAS

	Consolidado	
	2006	2005
Pessoal	(302.229)	(205.543)
Materiais	(39.200)	(34.565)
Serviços de terceiros	(1.848.183)	(1.179.114)
Publicidade	(355.485)	(318.329)
Aluguéis, seguros e condomínios	(60.772)	(42.287)
Impostos, taxas e contribuições	(2.669)	(1.470)
Depreciação e amortização	(397.878)	(201.136)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(720.496)	(514.756)
Outros insumos	<u>(60.588)</u>	<u>(74.255)</u>
Total	<u>(3.787.500)</u>	<u>(2.571.455)</u>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Pessoal	(4.117)	(2.933)	(255.719)	(139.506)
Materiais	-	(6)	(13.769)	(7.924)
Serviços de terceiros	(14.248)	(4.647)	(425.211)	(289.319)
Aluguéis, seguros e condomínios	(65)	(272)	(92.195)	(47.454)
Impostos, taxas e contribuições	(51)	(333)	(4.627)	(5.392)
Depreciação				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado em outra forma)

Em 31 de dezembro 2006, R\$305.531 referentes a benefícios fiscais realizados até 31 de dezembro de 2005 foram capitalizados, sendo R\$194.277 correspondentes a Vivo Participações S.A. com emissão de ações e R\$111.254 correspondentes a Tele Centro Oeste Celular Participações sem emissão de ações.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

- a) **Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de rede:** essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP e controladas. Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais – TMN em “roaming” na rede da Sociedade.
- b) **Assistência técnica:** refere-se à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS e assistência técnica pela Telefônica S.A., Telefônica Internacional S.A. e TBS Celular Participações S.A., calculada com base em percentual aplicado sobre a receita líquida de serviços atualizados pela variação da moeda.
- c) **Prestação de serviços corporativos:** os quais foram repassados à controlada pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.
- d) **Prestação de serviços de tele-atendimento:** pela Atento Brasil S.A. e Mobitel S.A. - Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações das controladas, contratado por 12 meses renováveis por igual período.
- e) **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas:** pela Portugal Telecom Inovação Brasil S.A..
- f) **Manutenção:** do sistema Módulo de análise de rentabilidade (MARE) e custos pela Telefônica Móbile Solution do Brasil Ltda, contratados por 12 meses renováveis por igual período.
- g) **Rateio de custos corporativos:** com operadoras do mesmo grupo, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.
- h) **Serviços de operador logístico e assessoria contábil financeira:** pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.
- i) **Serviços de provedor de conteúdo portal de voz:** pela Terra Networks Brasil S.A.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Ativo:		
Contas a receber, líquidas	180.228	198.720
Créditos com empresas do grupo	4.167	34.588
Passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	215.737	152.435
Empréstimos e financiamentos	–	585
Assistência técnica	84.252	19.020
Obrigações com empresas do grupo	2.099	6.007
Resultado:		
Receitas de serviços de telecomunicações		
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	1.610.763	1.631.402
Telefônica Publicidade e Informação Ltda	–	2
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.610.763</u>	<u>1.631.404</u>
Despesas:		
Custo de vendas e serviços		
Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp	(134.154)	(221.756)
Telefônica Empresas S.A.	(3.863)	–
Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda	(1.995)	–
Primesys Soluções Empresariais S.A.	(397)	–
Terra Networks Brasil S.A.	(45)	–
Telefônica S.A.	(36)	–
Saldo em 31 de dezembro	<u>(140.490)</u>	<u>(221.756)</u>
Despesas com vendas		
Terra Networks Brasil S.A.	–	(118)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	(23.349)	–
Telefônica Empresas S.A.	(55)	–
Telecomunicações Móveis Nacionais – TMN	(70)	–
Atento Brasil S.A.	(253.563)	(112.969)
Mobitel S.A. – Dedic	(246.653)	(183.511)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(523.690)</u>	<u>(296.598)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Portugal Telecom SGPS S.A.	(21.085)	(39.431)
Primesys Soluções Empresariais S.A.	(1.039)	(13.920)
Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda	(4.272)	(309)
Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp	(51.613)	–
Telefônica Comunicaciones Personales S.A. - UNIFON	(168)	(168)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	(2.252)	(12.196)
Telefônica S.A.	(15.582)	(29)
Terra Networks Brasil S.A.	(552)	(118)
Telefônica Empresas S.A.	(9.616)	(5.980)
Telefônica Mobile Solutions do Brasil Ltda	–	(463)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda	(2)	–
Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda	(772)	–
Mobitel S.A. – Dedic	(2.913)	–
TBS Celular Participações Ltda	(10.141)	–
T International Wholesale S.A.	(382)	–
Saldo em 31 de dezembro	<u>(120.389)</u>	<u>(72.614)</u>

	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05
Outras receitas operacionais		
Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp	7.540	–
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	30	–
Telefônica S.A.	35.417	–
Portugal Telecom SGPS S.A.	11.879	–
Telefônica Móviles Chile S.A.	23	–
Primesys Soluções Empresariais S.A.	2.280	–
Telefônica Empresas S.A.	<u>4.752</u>	<u>491</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>61.921</u>	<u>491</u>
Outras despesas operacionais		
Telefônica S.A.	(9.029)	–
Saldo em 31 de dezembro	<u>(9.029)</u>	<u>–</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		
Portugal Telecom International Finance BV	–	(78)
Portugal Telecom SGPS S.A.	396	14.184
Telefônica S.A.	1.198	–
Telecomunicações Móveis Nacionais – TMN	47	–
Telefônica Internacional S.A.	1.804	–
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	–	2
Atento Brasil S.A.	–	5
Mobitel S.A. – Dedic	–	11
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.445</u>	<u>14.124</u>
Receitas não operacionais		
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	29	–
Primesys Soluções Empresariais S.A.	33	–
Saldo em 31 de dezembro	<u>62</u>	<u>–</u>
Recuperação de despesas com rateio Joint Venture Celular CRT Participações S.A.	–	30.873
Tele Leste Celular Participações S.A.	–	13.752
Tele Sudeste Celular Participações S.A.	–	<u>51.802</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>–</u>	<u>96.427</u>
Despesas com rateio Joint Venture Celular CRT Participações S.A.	–	(7.726)
Tele Leste Celular Participações S.A.	–	(5.972)
Tele Sudeste Celular Participações S.A.	–	<u>(50.867)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>–</u>	<u>(64.565)</u>

31. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2006 e de 2005, os honorários dos administradores totalizavam R\$8.557 e R\$4.767 no consolidado e R\$3.255 e R\$945 na controladora, respectivamente, e foram apropriados como despesa.

32. SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Sociedade e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade e sua controlada possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Sociedade e sua controlada entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas	
Riscos Operacionais		R\$ 12.603.508
Responsabilidade Civil Geral – RCG		R\$ 5.564
Automóvel (Frota de veículos Executivos)	100% da Tabela Fipe, R\$250 para Danos Corporais e R\$50 para Danos Materiais	
Automóvel (Frota de veículos Operacionais)	R\$250 para Danos Corporais e R\$50 para Danos Materiais	

33. PROGRAMA DE AMERICAN DEPOSITORY RECEIPTS (“ADRS”)

Em 16 de Novembro de 1998, a Sociedade iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) sob código “TCP” e desde 31 de março de 2006 sob o código “VIV” (conforme Assembléia Geral Extraordinária de 22 de fevereiro de 2006), que possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código “VIV”, na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: The Bank of New York.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

34. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS “COMBINADAS”

Com a incorporação de ações da TCO para conversão em subsidiária integral da Vivo e a incorporação das sociedades TSD, TLE e CRTPart pela Sociedade (“Reestruturação Societária”), as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2005.

Para oferecer comparação apropriada, estamos divulgando as informações financeiras consolidadas “combinadas”, considerando a consolidação de todas as empresas como se a Reestruturação Societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2005.

Essas informações estão sendo apresentadas apenas para permitir análises adicionais decorrentes da comparação de saldos e transações, não têm a intenção de representar o que poderia ter ocorrido se as companhias TSD, TLE e CRTPart tivessem de fato sido incorporadas pela Sociedade e a TCO tivesse sido convertida em subsidiária integral da Sociedade em 1º de janeiro de 2005, não pretendem representar as demonstrações de uma pessoa jurídica isoladamente e nem necessariamente indicam resultados futuros.

Para a preparação das informações financeiras “combinadas”, foram adotadas as seguintes premissas:

- a) Consolidação integral das informações financeiras das Sociedades eliminando-se as transações entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2005.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E BALANÇO PATRIMONIAL “COMBINADO” EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	31.12.06	31.12.05
	Consolidado	“Combinado”
ATIVO		
CIRCULANTE:		
Caixa e bancos	82.927	134.071
Aplicações financeiras	1.364.713	1.739.143
Contas a receber, líquidas	1.961.246	2.774.451
Estoque	282.020	362.312
Adiantamentos a fornecedores	13.142	23.579
Tributos diferidos e a recuperar	1.662.739	1.511.331
Operações com derivativos	1.298	301.229
Despesas antecipadas	181.872	281.071
Outros ativos	122.537	126.637
Total do ativo circulante	<u>5.672.494</u>	<u>7.253.824</u>
NÃO CIRCULANTE:		
Realizável a longo prazo:		
Tributos diferidos e a recuperar	2.624.938	1.879.574
Operações com derivativos	135	5.443
Despesas antecipadas	21.314	39.234
Outros ativos	21.619	20.590
Investimentos	979.158	1.550.882
Imobilizado, líquido	6.445.479	6.683.159
Intangível, líquido	1.642.683	1.646.204
Diferido, líquido	134.257	180.366
Total do ativo não circulante	<u>11.869.583</u>	<u>12.005.452</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>17.542.077</u>	<u>19.259.276</u>
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	156.625	149.840
Fornecedores e contas a pagar	2.627.013	2.463.777
Impostos, taxas e contribuições	453.710	716.688
Empréstimos e financiamentos	1.590.345	1.734.921
Juros sobre o capital próprio e dividendos	51.702	120.793
Provisão para contingências	61.911	47.972
Operações com derivativos	372.229	339.738
Outras obrigações	386.422	353.770
Total do passivo circulante	<u>5.699.957</u>	<u>5.927.499</u>
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo:		
Impostos, taxas e contribuições	212.469	211.995
Empréstimos e financiamentos	2.910.048	3.917.856
Provisão para contingências	84.712	180.144
Operações com derivativos	129.718	343.654
Outras obrigações	132.981	83.733
Total do passivo não circulante	<u>3.469.928</u>	<u>4.737.382</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	6.347.784	8.232.449
Ações em tesouraria	(11.070)	(11.070)
Reservas de capital	1.071.316	1.561.448
Reservas de lucro	765.068	711.103
Lucro (prejuízos) acumulados	198.648	(1.899.981)
Total do patrimônio líquido	<u>8.371.746</u>	<u>8.593.949</u>
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS	<u>446</u>	<u>446</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>17.542.077</u>	<u>19.259.276</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E BALANÇO PATRIMONIAL “COMBINADO” EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	31.12.06	31.12.05
	Consolidado	“Combinado”
CIRCULANTE		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	156.625	149.840
Fornecedores e contas a pagar	2.627.013	2.463.777
Impostos, taxas e contribuições	453.710	716.688
Empréstimos e financiamentos	1.590.345	1.734.921
Juros sobre o capital próprio e dividendos	51.702	120.793
Provisão para contingências	61.911	47.972
Operações com derivativos	372.229	339.738
Outras obrigações	386.422	353.770
Total do passivo circulante	<u>5.699.957</u>	<u>5.927.499</u>
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo:		
Impostos, taxas e contribuições	212.469	211.995
Empréstimos e financiamentos	2.910.048	3.917.856
Provisão para contingências	84.712	180.144
Operações com derivativos	129.718	343.654
Outras obrigações	132.981	83.733
Total do passivo não circulante	<u>3.469.928</u>	<u>4.737.382</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	6.347.784	8.232.449
Ações em tesouraria	(11.070)	(11.070)
Reservas de capital	1.071.316	1.561.448
Reservas de lucro	765.068	711.103
Lucro (prejuízos) acumulados	198.648	(1.899.981)
Total do patrimônio líquido	<u>8.371.746</u>	<u>8.593.949</u>
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS	<u>446</u>	<u>446</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>17.542.077</u>	<u>19.259.276</u>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO “COMBINADO” PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	2006	2005
	Consolidado	“Combinado”
Serviços de telecomunicação	12.712.028	12.708.472
Vendas de mercadorias	<u>2.742.645</u>	<u>3.051.789</u>
Receita operacional bruta	<u>15.454</u>	